

Cátia Franciele Sanfelice de Paula
(Organizadora)

**TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E A INTERSECCIONALIDADE
NA PESQUISA HISTÓRICA:
CLASSE, GÊNERO E RAÇA**



Pedro & João
editores

**TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E A
INTERSECCIONALIDADE NA PESQUISA HISTÓRICA:
CLASSE, GÊNERO E RAÇA**

**Cátia Franciele Sanfelice de Paula
(Organizadora)**

**TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E A
INTERSECCIONALIDADE NA PESQUISA HISTÓRICA:
CLASSE, GÊNERO E RAÇA**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Cátia Franciele Sanfelice de Paula [Orgs.]

Trabalho, lutas sociais e a interseccionalidade na pesquisa histórica:
classe, gênero e raça. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 91p.

ISBN: 978-65-5869-355-0 [Digital]

1. Trabalho. 2. Lutas sociais. 3. Interseccionalidade. 4. Pesquisa histórica.
I. Título.

CDD – 900

Capa: Petricor Design

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E A INTERSECCIONALIDADE NA PESQUISA HISTÓRICA: classe, gênero e raça Cátia Franciele Sanfelice de Paula	
TRABALHADORAS EM FRIGORÍFICO: a realidade laboral das estudantes negras da EJA em Pimenta Bueno/RO (1980-2018) Leide Daiane Nogueira Santos	11
PERCURSO E REFLEXÕES: uma investigação histórica na região do Araguaia Rosângela de Sousa Moura Souto	19
ATUAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS NEGROS: Uberlândia entre as décadas de 1980 e 2000 Janaína Jácome dos Santos	33
TRABALHO E IMIGRAÇÃO: As trajetórias dos imigrantes haitianos/haitianas para o Brasil Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho	43
AS MULHERES TRABALHADORAS NEGRAS DAS PÁGINAS DO JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX Ireneide Soares da Silva	51
TRAJETÓRIAS ITINERANTES E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES DE TRABALHADORES AMBULANTES NORDESTINOS EM CASCAVEL-PR Emeson Tavares da Silva	61

POPULAÇÕES PRETAS, MEMÓRIAS APAGADAS E HISTÓRIAS NÃO CONTADAS: conflitos e experiências no ensino de história nas escolas de Itapagipe / MG 69
Maria Rita de Jesus Barbosa

“ESCRavidÃO BRANCA”? “TODO MUNDO QUE PLANTOU CACAU COMPROU BAIANO” 77
Cátia Franciele Sanfelice de Paula

APRESENTAÇÃO

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E A INTERSECCIONALIDADE NA PESQUISA HISTÓRICA:

classe, gênero e raça

Cátia Franciele Sanfelice de Paula¹

O ano de 2020 foi marcado pela Pandemia da COVID-19 e junto com ela presenciamos um aumento significativo da violência de gênero, de raça e de classe.

A necessidade de ensino remoto impôs as Universidades e aos professores novas dinâmicas no que se refere ao ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse ínterim ocorreram inúmeras lives e eventos online. Foi nesse contexto que o Ciclo de Debates Fazendo História – Trabalho, Lutas Sociais e a Interseccionalidade na Pesquisa Histórica: classe, gênero e raça foi proposto pelo NUPEHT – Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Educação em Rondônia. A proposta teve como objetivo socializar e promover debates sobre pesquisas já concluídas, que versam sobre o tema proposto.

O I Ciclo de Debates ocorreu no mês de setembro no qual foram realizadas quatro palestras. Já o II Ciclo ocorreu em outubro e novembro de 2020 com a realização de seis palestras. Dessas, reunimos nessa coletânea, seis capítulos referentes às palestras apresentadas e mais dois capítulos voltados a pesquisas sobre Ariquemes/RO e Itapagipe/MG.

As palestras encontram-se disponibilizadas no site do NUPEHT-UNIR no youtube. A presente coletânea, desse modo, consiste em mais um meio de divulgação da ação e busca contemplar produções historiográficas de diversas localidades do país.

No artigo *Trabalhadoras em frigorífico: a realidade laboral das estudantes negras da EJA em Pimenta Bueno/RO (1980-2018)*, Leide Daiane Nogueira Santos aborda a realidade laboral das estudantes negras inseridas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) frente a

¹ Cátia Franciele Sanfelice de Paula, Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Professora adjunta da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).E-mail: cfsanfelice@yahoo.com.br

incipiente produção historiográfica na região acerca da mulher que compõe a EJA e, conseqüentemente, de sua realidade laboral.

No artigo *Percurso e reflexões: uma investigação histórica na região do Araguaia*, Rosângela de Sousa Moura Souto busca analisar os modos de viver e trabalhar dos moradores – denominados na investigação por trabalhadores rurais – que habitaram ou habitam a região identificada como *Região do Araguaia*, no contexto da Guerrilha do Araguaia, entre 1960 e 1990. Ressalta a formação de experiências anteriores à guerrilha quanto as que a sucedem, em uma trama de memória e de cultura.

Janaína Jácome dos Santos, em *Atuação política dos Movimentos Negros: Uberlândia entre as décadas de 1980 e 2000*, trabalha a ação dos movimentos negros para a inclusão de políticas públicas na cidade de Uberlândia/MG. Busca refletir sobre como atos dos movimentos negros locais promoveram transformações na atuação política dos diversos prefeitos eleitos entre os anos de 1980 a 2000 e, mudanças positivas na política da cidade.

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, no capítulo *Trabalho e Imigração: As trajetórias dos imigrantes haitianos/haitianas para o Brasil*, trabalho que compõe parte de sua tese de Doutorado da qual entrevistou imigrantes haitianos e haitianas dentre 2016 a 2020, busca discutir as trajetórias de vida, de imigração, de trabalho e de luta dos imigrantes na cidade de Cascavel/PR, cidade que tornou-se destaque por ter sido compreendida como “rota” de imigração desde 2012, quando empresas desta localidade iniciaram o processo de triagem dos haitianos, buscando-os no acampamento do Acre.

No capítulo *As Mulheres Trabalhadoras Negras das páginas do Jornal Publicador Maranhense na primeira metade do século XIX*, parte constitutiva da tese “É Preta, É Preto em todo canto da cidade: História e imprensa na São Luís do Maranhão – 1821 -1850, Iraneide Soares da Silva versa sobre a constituição étnico-racial da cidade de São do Maranhão da primeira metade do século XIX e, a presença e/ou ocultamento pela historiográfico dos africanos e seus descendentes naquela cidade, tendo como principal fonte o jornal Publicador Maranhão dos anos de 1921 a 1850. Aponta para uma cidade de São Luís do Maranhão expressivamente negra ainda nos anos de 1800 e, carente de pesquisas que tragam a cena do dia,

todos os sujeitos históricos viventes na cidade, não somente os europeus e seus descendentes.

Em *Trajetórias Itinerantes e Espaços de Sociabilidades de Trabalhadores Ambulantes Nordestinos em Cascavel-PR*, Emeson Tavares Tavares da Silva evidencia, no conjunto das práticas de trabalhadores nordestinos que buscaram a cidade de Cascavel, a partir de 1998, que fazem o chamado comércio ambulante na cidade, os sentidos e as condições de suas trajetórias, procurando compreender as ações, os conflitos e os estranhamentos vivenciados com outros grupos locais pela conquista do espaço e do direito de pertencimento ao local fazendo emergir a agenda de expectativas e valores desses sujeitos na dinâmica de suas experiências, evidenciando relações de identificações e dissidências, estabelecidas em suas condutas. Dá-se atenção ao caráter planejado das trajetórias, às tensões e aos estranhamentos diversos, lembrados e reelaborados pelos sujeitos e, visibilidade às redes destas trajetórias itinerantes, muitas vezes inconclusas, que permeiam a formação da paisagem social da região.

No capítulo *Populações pretas, memórias apagadas e histórias não contadas: conflitos e experiências no ensino de história nas escolas de Itapagipe / MG*, Maria Rita de Jesus Barbosa apresenta uma experiência no ensino da história e cultura afro-brasileira no contexto da Lei 10.639/03, e no enfrentamento do racismo no interior das escolas. Utilizando a história local, a partir de histórias de sujeitos históricos, invisíveis a fontes oficiais, a autora questiona o modelo euro-ocidental com o objetivo de pensar o ensino da história e da história afro-brasileira e africana em conexão com a história local e a memória dos silenciados nas fontes oficiais que narram a formação histórica de algumas cidades do Pontal do Triângulo Mineiro.

Cátia Franciele Sanfelice de Paula, em *“Escravidão branca”? “Todo mundo que plantou cacau comprou baiano”*, analisa o emprego da mão de obra escrava em um dos projetos de “colonização em Rondônia - o Projeto Pad Burareiro, e como a imprensa de circulação local, utilizou-se da terminologia “escravidão branca” para classificá-la enquanto que em outros registros, e a própria procedência dos trabalhadores demonstram a existência da empregabilidade de trabalhadores negros. Considerando que a prática do trabalho escravo está assentada na grilagem, no grande latifúndio, a autora discute que

se buscava negar a utilização de negros, embora se reconheça o emprego do trabalho análogo a escravidão.

A presente obra consiste em uma valiosa contribuição para o entendimento dos estudos sobre as relações de trabalho e as lutas sociais na interseccionalidade entre classe, gênero e raça. Em um contexto em que o negacionismo toma conta da agenda governamental e da sociedade civil junto ao contínuo ataque aos direitos historicamente conquistados, a discussão proposta nessa coletânea representa um ato de resistência, ao mesmo tempo, de crença em uma outra sociedade possível. Desejamos a todos, todas e todes uma ótima leitura!

TRABALHADORAS EM FRIGORÍFICO: a realidade laboral das estudantes negras da EJA em Pimenta Bueno/RO (1980-2018)

Esp. Leide Daiane Nogueira Santos¹

O presente estudo tem o intuito de discutir a realidade laboral das estudantes negras inseridas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, insta ressaltar que a temática possui grande relevância, visto que são tímidas as reflexões acerca da mulher que compõe a EJA e, conseqüentemente, de sua realidade laboral.

Por isso, essa abordagem temática faz-se essencial para ampliar o debate em torno das problemáticas que a circundam e, assim, favorecer possíveis melhorias no processo educativo das mulheres estudantes na EJA, pois: “[...] o combate ao analfabetismo de mulheres adultas, por se tratar de um contingente da população com necessidades muito específicas e limites próprios [...], exige políticas muito bem planejadas, [...]” (NOGUEIRA, p. 71, 2006).

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de campo, sendo, dessa forma, coletados dados relevantes que foram obtidos através de toda a experiência da pesquisadora na realização deste trabalho. Desse modo, salienta-se que: “[...] A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, p. 16, 1981). Assim, por meio de reiteradas reflexões acerca da temática que abrange a presente pesquisa, realizamos um estudo aprofundado dos meandros que circundam a realidade laboral das estudantes/trabalhadoras da EJA, pois este caminho pareceu-nos o mais acertado, visto que:

Se isolamos a evidência singular para um exame à parte, ela não permanece submissa, como a mesa, ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essas agitações, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser

¹ Leide Daiane Nogueira Santos é Professora no Estado de Rondônia. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, possui bacharelado em Direito também pela Fundação Universidade Federal.

social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência (THOMPSON, 1978, p. 199).

Desta forma, em virtude da natureza da presente pesquisa ser realizada a campo, utilizou-se como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, elaborada conforme um roteiro preestabelecido, importa ressaltar que o itinerário da entrevista objetivou questionar informações básicas sobre as participantes, suas trajetórias de vida e de trabalho, a fim de realizarmos uma melhor análise sobre o contexto no qual elas estão inseridas. Entretanto, as entrevistas se deram de forma fluída e sem amarras ao roteiro, afinal:

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida [...] (PORTELLI, 1997, p. 09).

Nesse sentido, as narrativas coletadas a partir das entrevistas foram fontes basilares para a realização do presente estudo, tendo em vista que: “As narrativas orais, para além de revelar a multiplicidade de sujeitos e temporalidades, podem também mostrar a fluidez, as hesitações, a intrepidez, enfim, a flexibilidade das pessoas em lidar com as situações” (KHOURY, 2001, p. 102).

Assim, faz-se importante evidenciar que o recorte temporal proposto para este estudo foi definido considerando a faixa etária das estudantes/trabalhadoras entrevistadas, visto que as relações estabelecidas por elas compreendem um período de 1980 a 2018. Importa ressaltar também que foram utilizados nomes fictícios para referir-se às estudantes/trabalhadoras que se propuseram a participar das entrevistas: Iracema, Gabriela e Capitu. A escolha desses nomes deu-se em virtude de buscarmos uma preservação da identidade das estudantes, coibindo, desse modo, qualquer possível represália decorrente das narrativas orais.

Desta maneira, evidencia-se que a adoção desses pseudônimos não ocorreu de forma aleatória. Visto que as estudantes selecionaram nomes provenientes de obras literárias brasileiras. Assim, Iracema é uma personagem que dá título ao romance do escritor José de Alencar, publicado em 1865. Já Gabriela representa a morena feita de cravo e canela, em um dos romances mais célebres de Jorge Amado, publicado em 1958. E Maria Capitolina Santiago

(Capitu, como é conhecida) é uma personagem do livro *Dom Casmurro* de Machado de Assis, publicado em 1899.

Assim sendo, observar-se-á inicialmente a trajetória de vida das participantes, visto que averiguar as vivências das estudantes/trabalhadoras negras mostrou-se salutar no transcórre deste estudo.

Logo, faz-se importante esclarecer que a informalidade laboral fez parte do contexto de vida das estudantes/trabalhadoras pesquisadas devido à inserção no mercado de trabalho ter ocorrido de forma precoce. Nesse sentido, Capitu (2018), expõe: “Eu trabalhei de babá um tempo, um bom tempo [...]”. Ela explica que o trabalho era realizado informalmente sem a burocracia exigida pela lei. Gabriela também descreve ter realizado trabalho sem formalização: “[...], mas só que eu fiquei com eles na diária, porque era meio puxado, não tinha ninguém no momento, né? Aí eu continuei [...]” (GABRIELA, 2018).

Essa situação apresenta-se como uma problemática, pois: “Não ter seu contrato de trabalho formalizado gera para a trabalhadora uma grande insegurança sobre até quando terá emprego ou que direitos serão ‘concedidos’ pelo empregador” (MAEDA, 2017, p. 10).

É importante notabilizar uma profissão desenvolvida majoritariamente por trabalhadoras negras e bastante evidenciada na presente pesquisa que é a atividade de empregada doméstica. Os dados divulgados pela juíza do trabalho e pesquisadora Patrícia Maeda (2017), confirmam essa incidência, pois constatou-se que as trabalhadoras negras são inevitavelmente a maioria nessa ocupação, de acordo com o estudo divulgado, 55,8% das trabalhadoras domésticas se autoproclamam negras.

De modo que as estudantes/trabalhadoras entrevistadas ao descreverem sua trajetória laboral citaram a realização desse trabalho: “Eu trabalhei de doméstica dois anos [...]” (IRACEMA, 2018). Sendo que Gabriela vai além e expõe as mazelas e dificuldades inerentes a essa profissão reiteradamente em diversos trechos de seu relato:

[...] eu comecei como doméstica, é corrido porque você fica o dia inteiro pra lá e pra cá, faz uma coisa e faz outra... quando chega de tarde você está quebrada, cansada, braço doendo, perna... com a cabeça doendo... [...] as vezes nem todas as mulheres pensam que nem eu, mas eu prefiro trabalhar em qualquer empresa a não ser de doméstica, quero mais não [...] Doméstica é um serviço assim, sabe... pra gente que é mulher é muito difícil, a gente que é mãe... mulher assim, porque é um serviço... eu vou falar a verdade porque eu passei, é um serviço meio sofrido, né?

Que você tem que abaixar a cabeça pras coisas, [...] doméstica, pra mim... eu falo: 'Só se for caso de precisão' [...] (GABRIELA, 2018).

De tal modo, é salutar perceber que a segregação social e/ou racial existente no âmbito do trabalho doméstico está intimamente relacionada aos primórdios dessa profissão, pois sabe-se que: “No Brasil, o trabalho doméstico surge com os escravos, que vinham da África e também eram utilizados para fazer os trabalhos domésticos, principalmente as empregadas, cozinhando ou servindo como criadas” (MARTINS, 2015, p. 02). Diante disso, interessa avaliar ainda a elevada desvalorização conferida ao labor doméstico:

Importante frisar que essa formação cultural escravocrata não exerce influência somente no que tange à discriminação pela cor, mas também quanto ao valor do trabalho. Um trabalhador que até pouco tempo era escravo, já tem muito se lhe é conferido algum direito e se vai a juízo reclamar esse direito é ‘um mal-agradecido’ (CORREIA, 2007, p. 71).

Sabe-se, portanto, que embora a legislação trabalhista tenha evoluído debilmente para assegurar a dignidade das trabalhadoras domésticas, a profissão ainda carece urgentemente de uma valorização adequada, não apenas jurídica, mas social. Visto que muitas garantias, mesmo expostas em lei, não possuem efetividade na realidade laboral de muitas trabalhadoras, que ainda se veem estigmatizadas socialmente em decorrência da profissão.

Assim, “A equação ocupacional com as mulheres negras com o serviço doméstico não é um simples vestígio da escravatura destinado a desaparecer com a passagem do tempo. Por quase um século elas foram incapazes de escapar ao trabalho doméstico em número significativo” (DAVIS, 2013, p. 69). Logo, percebe-se que as mulheres inevitavelmente são maioria no labor doméstico.

Percebe-se, também, que as estudantes refletem sobre o papel imposto à mulher na dinâmica do trabalho dentro e fora do lar, visto que é perceptível nos relatos o entendimento dessa divisão do trabalho, nesse sentido Gabriela (2018, grifo nosso), ressalta: “[...] por ser o fato de muita correria, muito cansaço [...], **principalmente a gente que é mulher e tem muita coisa pra gente fazer**, na mente da gente...”. Assim:

O trabalho do lar onde se percebe claramente uma constante disparidade com o trabalho masculino. A mulher, ao se inserir no campo profissional, continua ainda a exercer as tarefas domésticas, enquanto que o homem executa muito raramente este tipo de trabalho. Em vista disso, não se pode

avaliar o desempenho profissional feminino sem que se ponha em questão o trabalho doméstico, tanto as tarefas repetitivas, quanto a outras mais criativas (LODI, 2006, p. 151).

Dessa forma, insta ressaltar que: “[...] no período 2004-2014 em termos gerais os homens gastaram 10 horas semanais em tarefas domésticas, enquanto as mulheres gastaram 21 horas e 12 minutos por semana [...]” (MAEDA, 2017, p. 10). Logo, tem-se nítida a discrepância existente nas atividades realizadas em âmbito doméstico por homens e mulheres, assim como corroboram os relatos das estudantes/trabalhadoras investigadas.

Ilustra-se que a trajetória de vida e trabalho das participantes da pesquisa apresentam marcas de sofrimento e de grandes dificuldades, visto que em alguns trechos relatados pelas estudantes/trabalhadoras se evidenciam, entre outras questões, extensas rotinas de trabalho:

A coisa que eu tinha mais raiva era você pensar assim: ‘Hoje é um domingo, minha família está toda reunida, os filhos devem estar na avó... o marido andando... aproveitando o domingo’. E a cerâmica lá... aquela coberta ... ela é coberta, tem um pedacinho assim [gesticulando o formato de um retângulo com as mãos]... o pôr do sol você consegue ver assim... e eu lá batendo... e aquele pôr do sol... [com a voz embargada e os olhos marejados], falei: ‘Não, mas um dia eu tenho que sair daqui’ (IRACEMA, 2018).

Importa ressaltar que as participantes deste estudo laboram na linha de produção da indústria frigorífica, fator que intensifica o desgaste físico proveniente do trabalho: “[...] porque a gente tem muito movimento repetitivo, né? Então cansa... é meio estressante [...]” (GABRIELA, 2018). Por tratar-se de um trabalho desenvolvido na indústria frigorífica, algumas questões específicas estiveram presentes no depoimento das participantes, como lesões ocasionadas por esforços repetitivos e mutilações em decorrência de acidentes de trabalho. Assim, Bosi em seus trabalhos sobre os frigoríficos assinala que:

A experiência dos trabalhadores ocupados em frigoríficos pode ser caracterizada pelos baixos salários, pela intensificação do trabalho, pelo aumento de acidentes e lesões causadas por esforços repetitivos, e por uma alta taxa de rotatividade que se aproximou de 100% durante os últimos dez anos. Esta rotatividade tem provocado, inclusive, o recrutamento de trabalhadores fora das cidades onde as indústrias estão instaladas (BOSI, 2013, p. 312/313).

A problemática da rotatividade de funcionários também é discutida no relato das estudantes/trabalhadoras pesquisadas: “[...] esses quatro anos lá... gente que entrou junto comigo... saiu e já retornou de volta. Já está lá de novo” (IRACEMA, 2018). Gabriela (2018), também comenta: “Direto entra gente nova [...]”.

Notou-se que a rotatividade põe em relevo a possibilidade de haver mão de obra excedente no município, o que conseqüentemente gera uma instabilidade para os trabalhadores, pois se percebe na narrativa das estudantes/trabalhadoras que há uma insegurança em relação à permanência no emprego: “[...] trabalho lá, né? Mas eu penso assim... amanhã eu posso ser despedida, né? Porque a gente vê isso diariamente lá, todo dia cinco sempre eles mandam cinco, seis... dez... e vai...” (IRACEMA, 2018).

Importa destacar também que conforme narrado pelas entrevistadas os acidentes de trabalho são corriqueiros no ambiente do frigorífico, são comuns acontecimentos envolvendo a perda de membros: “[...] já aconteceu de pessoas perderem ponta de dedo, perder metade da mão, já aconteceu e acontece muito” (CAPITU, 2018).

Vê-se que as mutilações já são vistas de modo banal. Capitu (2018), ainda descreve: “O desossador semana passada, foi manusear a faca, puxar o contrafilé com a faca puxada para o pulso, puxar da esteira com a faca puxada para o pulso e a faca entrou bem no pulso, atravessou o pulso”. Desse modo, reitera-se que:

Esse tipo de trabalho, combinado com as diferentes estratégias de aceleração da produção e de aumento da produtividade, contribui decisivamente para a ocorrência de incontáveis casos de acidentes e adoecimento nos espaços laborais. A maioria dos trabalhadores, independentemente de seu setor de atuação, tem sua condição de saúde ameaçada (MARCATTI, 2014, p. 52/53).

Embora os acidentes e o adoecimento façam parte da atual realidade laboral das estudantes/trabalhadoras investigadas, nota-se nas narrativas orais a existência de uma preocupação diante dessas conjunturas estabelecidas no universo do trabalho, é perceptível nas narrativas uma forte angústia e o sentimento de aflição em relação às condições de trabalho em que as estudantes/trabalhadoras estão inseridas, como é o relato de Iracema:

[...] você não tem outro dedo, você usa qualquer ferramenta porque se quebrar aquela ali tem outra lá, mas o dedo você não tem, o seu é único. Ai ele foi e pônhou esse dedo... pra desprender o negocinho que estava preso e

a máquina rodou... foi tuum!!! [simulando o barulho da máquina] ... a metade da ponta do dedo... aí ele ficou uma semana afastado, quando ele voltou... ele não podia ponhar aquela mão... se ele encostasse aqui [colocou o dedo sobre a mesa para demonstrar] ele já saía pulando assim... [chacoalha a mão rapidamente] a gente sabia que era uma dor que... que a gente não queria nem imaginar [...] (IRACEMA, 2018).

Outro ponto importante que foi constatado na pesquisa é que as estudantes/trabalhadoras investigadas têm a educação como prioridade. As narrativas enaltecem reiteradamente a relevância dos estudos, visto que quando questionadas sobre a importância da educação em suas vidas, as respostas foram todas positivas: “[...] eu acho que é... tipo... uma luz! Um caminho pra frente, porque você sem o estudo, você fica neutra, desconectada [...]” (IRACEMA, 2018).

Ainda nesse contexto, Iracema relata como percebeu a falta que os estudos faziam em sua vida: “[...] foi quando eu comecei a levar elas [as filhas] pra escola e via assim... que era difícil a vida. Eu só naquela escolaridade, só na quarta série [...]” (IRACEMA, 2018). No mesmo sentido, Gabriela, defende: “[...] porque a gente que sofre, que aprende a viver no mundo, sabe o que é a escola do mundo, sabe a falta que isso faz [a educação]...” (GABRIELA, 2018). Assim, quando Capitu foi inquirida acerca do significado dos estudos em sua vida respondeu efusivamente:

Tudo, né? Tudo!!! Agora a cabeça é totalmente diferente, não só por mim, mas pelos meus filhos, também, né? Tem que ter uma base pra eles, agora a gente tem que construir alguma coisa pra deixar pra eles, né? E tipo assim... mostrar e incentivar eles que tipo: ‘Eu terminei, vocês também vão terminar os estudos de vocês’. Por isso que agora vou terminar esse ano ainda (CAPITU, 2018).

Importa observar ainda que conforme as narrativas orais das estudantes/trabalhadoras, a educação tem o condão de propiciar melhores oportunidades, logo, revela-se como algo fundamental não apenas para a conquista de empregos, mas conforme relatam o ato de estudar, para elas, consiste ainda em um meio de emancipação feminina, pelo qual a mulher pode tornar-se autossuficiente. Assim, as entrevistadas também entendem que a educação transformará a vida de seus filhos, conjeturando metas e sonhos para seus futuros acadêmicos e profissionais. Ante o exposto, tem-se evidente que a educação como projeção de melhorias é uma

premissa unânime entre as estudantes/trabalhadoras, visto que se trata de um conceito intrínseco de suas concepções diante da vida.

Referências

BOSI, Antônio de Pádua. **A recusa do trabalho em frigoríficos no oeste paranaense (1990-2010): a cultura da classe.** Diálogos (Maringá. Online), v. 17, n.1, p. 309-335, jan.-abr. 2013.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Org.). **Teoria Geral do Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Livre. Plataforma Gueto: 2013. [1982].

KHOURY, Yara Aun .**Narrativas Orais na Investigação da História Social.** Projeto História (PUCSP) , SP, v. 22, p. 115-140, 2001.

LODI, Odete. **A mulher e as relações de trabalho.** Ciências Sociais em Perspectiva, n. 5, 2006.

MAEDA, Patrícia. **Trabalho informal feminino e a “deforma” trabalhista.** Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/07/trabalho-informal-feminino-e-deformatrabalhista/>>.

Acesso em 24 de jul. 2020

MARCATTI, Amanda Aparecida. **Labor da carne: o trabalho em um frigorífico de aves.** Dissertação (Mestrado em Educação) UFMG. Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual do trabalho doméstico.** 13 ed. São Paulo, Atlas, 2015.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação de Jovens e Adultos e Gênero: um diálogo imprescindível à elaboração de políticas educacionais destinadas às mulheres das camadas populares. In: SOARES, Leôncio (Org.) **Aprendendo com as diferenças: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade.** Revista Projeto História, São Paulo, PUC/SP, nº 14, p. 7- 23, fev. 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PERCUSSO E REFLEXÕES: uma investigação histórica na região do araguaia

Rosângela de Sousa Moura Souto¹

Penso que, os espaços abertos para dialogar sobre nossas pesquisas é salutar. Escrever sobre nossas percepções, trajetórias, apontamentos e resultados das nossas investigações, certamente, contribui para o alargamento das fronteiras do conhecimento, abrindo o leque das possibilidades de investigação da vida social. Obrigada ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e, Educação em Rondônia - NUPEHT-RO pelo espaço aberto.

Acreditamos que toda investigação acadêmica nasce da relação entre o investigador e seu objeto. O mesmo se dá com alguns pontos relatados aqui nesse texto, oriundos de nossa pesquisa de mestrado.

Ressaltamos que nosso desejo pelo tema pesquisado: Memórias e Experiências de Trabalhadores Rurais na Região do Araguaia (1960 – 1990), foi motivado pela nossa relação pessoal ao morar na região. Onde se localizavam as cidades de Xambioá, no norte do Tocantins, e São Geraldo do Araguaia, ao sul do Pará. Ambas são ladeadas pelo Rio Araguaia e se inserem no palco de um sangrento conflito armado, travado durante a ditadura civil militar brasileira: a *Guerrilha do Araguaia*².

Em 1999 residimos na cidade de Xambioá e neste período tivemos a oportunidade de ouvir fragmentos de histórias contadas “ao pé do ouvido”, sempre com o cuidado de observar “quem estava por perto”. Tratavam-se de extratos de memórias compartilhados de forma velada pelos moradores, dando conta de um tempo seccionado em dois momentos: o antes e o depois da Guerrilha.

As histórias ficariam rondando nossa memória pessoal, suscitando o desejo de compreender o “porquê” de serem narradas de forma tão encoberta. Nestas idas e vindas, nos perguntávamos

¹ Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em História. A dissertação está disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.911>

² Movimento armado que, no início da década de 1970, expressou a recusa em aceitar a opressão do regime político instaurado pela ditadura civil militar, que tomou o país em 1964.

como as lutas cotidianas, desenroladas no processo da Guerrilha, seriam interpretadas pelos próprios moradores.

Dessa maneira, nossas leituras sobre a *Guerrilha do Araguaia* aguçavam em nós a vontade de reconstruir, dentro de seu contexto, a posição ocupada pela população local. Nossa vontade decorria da percepção de que, nos poucos relatos construídos sobre o conflito, a população aparecia de forma opaca, sem muita substância ou “lugar”. Vez por outra, os moradores eram “convidados” a adentrar nos escritos sobre o confronto, mas seu lugar era somente o de apoiadores, ora ao lado das narrativas que concordavam com a ditadura civil militar, ora das que eram contra ela. Ambas se utilizavam da população local para justificar seus discursos. Esta ausência de uma narrativa contada a partir da ótica dos moradores locais, foi nosso convite à investigação.

Refletir sobre os sujeitos sociais e suas lutas nos levou há um campo minado, era necessário atentar-nos para os perigos que a pesquisa podia se encaminhar, caso não tivéssemos um norte bem definido. Sabendo que nossa investigação exigirá sempre um limite de abrangência, delimitamos os sujeitos sociais de nossa pesquisa como trabalhadores rurais: pessoas que viviam na época do conflito em áreas rurais, sendo possuidoras de uma pequena faixa de terra na região, nela plantavam e/ou criando animais para sua subsistência.

Buscamos perceber as similaridades, as consonâncias e também as dissonâncias nas relações dos sujeitos sociais de nossa pesquisa. Todavia, pensar a pluralidade de sujeitos históricos, dentro de nossa pesquisa, impõe compreender que o espaço social é um fervilhar de multiplicidades, em cuja tessitura são inoculadas as ações dos agentes históricos, como nos adverte Fenelon e outros (2004):

Com relação à história, uma questão que nos parece bastante difícil é o desafio de produzir e articular outras histórias para além daquela que se valida e que se torna visível no universo acadêmico. Nessa direção, algumas interrogações se colocam: em que medida assumimos construir narrativas que se constituam e se validem como outras histórias e com quais exigências o fazemos? Como socializá-las, como e onde difundi-las e com qual destinação? (FENELON, et al., 2004, p.07).

Uma de nossas indagações era de produzir uma narrativa que incluísse os sujeitos pesquisados como agentes do processo históricos, ou seja, como construtores igualmente relevantes da história. Assim, talvez, abríamos a possibilidade de contribuir com o

debate historiográfico, especialmente, no direito dos trabalhadores rurais de serem ouvidos e a partir de suas histórias de vida, construir histórias na relação do *que é lembrado, do que é vivido, no momento das entrevistas, e de como projetam seu futuro.*

Nesse caminho de procurar ouvir as histórias das pessoas desconhecidas da História dita “oficial”³, elencamos trabalhar em nossa pesquisa com narrativas orais, e por meio delas, foi possível perceber quais eram as práticas representativas de seu modo de viver, como desenvolvia seu trabalho, seu lazer, suas crenças; o entrelaçamento entre o espaço, o trabalho e a sua própria sociabilidade dos trabalhadores rurais.

Para ouvi-los nos deslocamos para a região, no período das entrevistas eu já havia mudado para uma cidade que ficara 130km de Xambioá – TO e São Geraldo do Araguaia – PA. Por este motivo, buscar os entrevistados revelou-se um desafio. Assim, cabe narrar os percalços, bem como sua superação.

Nossa primeira dificuldade foi encontrar os sujeitos. Pensamos, em princípio, que por se tratar de cidades pequenas e por ter residido em Xambioá, teríamos um acesso fácil aos moradores. Todavia, não foi bem assim que aconteceu.

Ao voltar à cidade, não conseguimos localizar pessoas que se ligavam direta ou indiretamente, com a “Guerrilha do Araguaia”, se dispondo a falar sobre o período. Observamos que “procurar pela cidade” quem estivesse disposto a falar, demandaria tempo. A morosidade do processo, por seu turno, colocava em risco a realização das entrevistas e a própria construção da pesquisa.

O problema estava posto: como fazer? Como alternativa, buscamos nossa rede de relacionamentos que ainda a possuíamos. Nesse primeiro momento não conseguimos chegar aos moradores da região que estivessem dispostos a narrar sua trajetória de vida no período da ditadura civil militar.

Ao voltar à cidade de Xambioá conseguimos conversar com o Luís, filho do lugar, formado em História, colocou-se à disposição de nos ajudar com a pesquisa. Auxiliou-nos, andando pela cidade de Xambioá conosco, apresentou-nos à alguns moradores que viviam ali desde 1950. Nesse contato, conseguimos entrevistar três

³ Entendemos por História “oficial” aquela narrativa que é composta por uma voz unívoca que busca representar e legitimar sua visão sobre um processo histórico.

moradores, mas eles não abordaram sobre o confronto armado na região. Quando abordávamos sobre o período, esquivavam-se.

Luís nos levou a casa do senhor Antônio Alves de Sousa, um dos sobreviventes do período da Guerrilha na região. Infelizmente, ele não se encontrava em casa e sua esposa, não sabia dizer se ele demoraria a voltar. Por este motivo, agradecemos e ficamos de voltar em outro momento.

Ao retornarmos à região do Araguaia pela terceira vez, *Luís* não pôde nos acompanhar em nossas andanças, pois um imprevisto o obrigara a se ausentar da cidade. Diante desse impasse, nos arriscamos a seguir sozinhas à casa do *Sr. Antônio Alves de Sousa*, enfrentando o receio de não sermos recebidas.

Ao chegarmos à casa do *Sr. Antônio*, nós o encontramos sentado, com um olhar vago que “parecia buscar algo”. Fomos a seu encontro e nos apresentamos. Informamos que estivéramos em sua casa, com o *Luís*, e que pretendíamos gravar com ele uma entrevista. Evitamos abordar diretamente o tema da Guerrilha, preferindo dizer que estávamos ali para saber um pouco dele e da região.

Percebemos que o *Sr. Antônio*, nos analisou. Seu olhar nos mediu cima à baixo e naquele momento soubemos que tecia, mentalmente, uma série de perguntas sobre nós e sobre a situação. Contudo, com muita gentileza, nos pediu para que nos sentássemos e a partir daquele momento começamos a conversar. De imediato, nos recordamos da observação de Alessandro Portelli que, ao atentar para a troca de olhares numa entrevista, levanta a questão “[...] de quem observa quem na entrevista”. (PORTELLI, 1981, p.21).

Para nossa surpresa, o *Sr. Antônio* nos concedeu um depoimento que abarcou sua própria história de vida. Através de uma narrativa forte, sua memória trouxe à tona inclusive detalhes sobre as torturas e as perdas ocorridas durante o período da Guerrilha do Araguaia.

Quando encerramos a entrevista e já nos encaminhávamos para a saída, uma pessoa na rua, parou diante da casa e se dirigindo ao *Sr. Antônio*, perguntou: “*E aí como está o processo?*”. Atentas à conversa travada entre ambos, observamos que havia algo a mais na história de vida de nosso entrevistado. Assim, encerrado o diálogo com o amigo, insistimos em nossa própria conversa. Foi apenas nesse momento que o *Sr. Antônio* nos contou que *ajudava*

as pessoas que sofreram torturas e/ou perdas no período da Guerrilha a receber indenizações.

A conversa revelou que o Sr. Antônio foi um dos moradores que contribuiu com os trabalhos da Comissão da Anistia, cujo objetivo definido por Lei era “reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988”⁴.

Retornamos nossa conversa, desta vez sobre os processos indenizatórios. Sabemos que a partir da Comissão da Anistia, abriu-se um fio de luz, permitindo espaço para as vozes dos moradores da região fossem ouvidas.

Por meio dos processos de anistia, os trabalhadores rurais têm tido a possibilidade de trazer à luz as crueldades sofridas durante a Guerrilha do Araguaia. No entanto, observamos que o campo de ação da Comissão era limitado pois, nascendo dentro de uma estrutura estatal com formas delineadas de atuação, poderiam não cumprir seus objetivos.

Dessa maneira, ao final da conversa, firmamos um acordo: de que, quando voltássemos, ele nos auxiliaria na pesquisa, levando-nos às casas das pessoas que estavam na região desde a década de 1950.

Nas próximas vezes que voltamos à região do Araguaia – notadamente na quarta, quinta e sexta incursões o *Sr. Antônio* foi nosso “tutor”. É importante registrar que só conseguimos entrevistar os sujeitos que compuseram nossa documentação oral, devido à sua mediação. Como observamos por diversas vezes, as pessoas se mostravam reticentes e muito receosas em contar suas histórias. Não raro, mesmo chegando às casas acompanhadas pelo *Sr. Antônio*, ainda rondava um pouco de desconfiança. Muitas vezes nosso “tutor” precisou intervir diretamente, falando aos entrevistados (as): *“Pode confiar, eu não vou trazer ninguém pra te prejudicar.”*

Realizamos junto com seu Antônio, ao todo, quatorze entrevistas. Gravamos as memórias de homens e mulheres, entre cinquenta e oitenta anos, sendo sete entrevistados moradores na cidade de São Geraldo do Araguaia –PA; seis entrevistados moradores de Xambioá – TO; e um entrevistado residente na cidade de Ananás – TO. Nessas entrevistas um dado foi fundamental para

⁴ A **Comissão de Anistia** foi criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, através do Artigo 12 da Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002. A Comissão da Anistia está ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

entendermos a constituição desses sujeitos como trabalhadores rurais à época do conflito: sua trajetória até a região do Araguaia.

Dos quatorze entrevistados, somente dois sujeitos não chegaram à região em busca de terra: um, por ter nascido na região, embora seus pais fossem oriundos de outra localidade; e outro por ter ido “a serviço”, decidindo-se por ficar quando a atividade se encerrara.

Doze, dos quatorze entrevistados, migraram do Estado do Maranhão, nas décadas de 1950 e 1960. Diante dessa informação, uma pergunta se colocou: quais seriam os motivos que levaram estes sujeitos a se deslocarem de seu Estado para a região do Araguaia?

Os relatos nos indicaram que eles foram para a região *em busca de um pedaço de terra para plantar*. O trajeto era feito em grupo familiares, sob a tutela do pai, ou seja: o pai de família trazia sua esposa e seus filhos na busca por terra devolutas, de mata virgens para se instalarem. A posse de terras foi tanto o reflexo de resistência do trabalhador rural, em defesa do direito à uma pequena faixa de terra para prover seu sustento e de sua família quanto, além disso, um instrumento para o exercício de relações de poder.

Mas a migração, como forma de sobrevivência e/ou resistência, fez com que os trabalhadores rurais se deparassem com novas modalidades de enfrentamento. Em todo o território ocorria a usurpação de pequenas propriedades, retroalimentando um projeto político que favorecia os grandes latifundiários e expropriava os pequenos agricultores.

De acordo com as memórias era pela ocupação da terra na região e seus desdobramentos, que se estabeleciam práticas rotineiras constituintes e instituintes de um modo de viver específico desses trabalhadores. Era no manejo desse chão, com a roça, que os trabalhadores rurais viviam e construía suas experiências na região do Araguaia.

As experiências compartilhadas permitiam níveis de reciprocidade e partilha, expressos especialmente nos momentos em que os trabalhadores percebiam a necessidade do “outro”. Uma necessidade que também já havia sido “sua”, constituía a porta para o acolhimento forjando formas diferenciadas de relacionar-se uns com os outros. Dessa maneira, laços afetivos foram sendo delineados, costurando os acordos sociais entre os moradores daquela localidade.

De fato, os trabalhadores rurais do Araguaia, precisavam uns dos outros para garantir suas necessidades básicas. Além disso, a ajuda também era importante na resistência a exploração do trabalho braçal requisitado e mal pago e, muitas vezes, *nem mesmo pago* pelos latifundiários locais.

Os entrevistados nos informaram que no final da década de 1960, a região do Araguaia já estava habitada com um significativo número de trabalhadores rurais. A partir daquele período, de acordo com a memória dos entrevistados, registra-se a chegada de pessoas desconhecidas, diferentes daqueles que viviam no lugar e que, para os trabalhadores rurais, eram pessoas vistas como pessoas que queriam trabalhar na terra. Eram os que discordavam do sistema governamental vigente à época.

Posteriormente, chegou a região as Forças Armadas e, muda a relação de seus habitantes. Uma nova realidade de desconfiança e guerra, imposta pelos opressores, estabelece uma série de transtornos ao cotidiano daqueles moradores, redimensionando as relações e a própria vida.

Quando os sujeitos rememoram aquele período, parece-nos que algumas feridas ainda jorram sangue. O *Sr. Antônio*, ao se lembrar das torturas, pausa longamente. Lança o olhar para o horizonte e com um suspiro profundo, nos diz: “[...] é.... não é brincadeira não”. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Sabemos que com o tempo, as recordações vão se modificando e sofrendo interferência do presente. Entretanto, cremos que seja possível conhecer em parte as experiências dos trabalhadores rurais naquele momento. Através das entrevistas, percebemos que alguns dos entrevistados ainda não conseguiam compreender o *porquê* das torturas às quais foram submetidos. Em seu entendimento, os moradores do Araguaia estavam simplesmente em suas terras, trabalhando, vivendo cotidianamente como pessoas que não faziam mal a ninguém. Como nos diz o *Sr. Antônio Alves de Sousa*, “[...] porque ninguém sabia de nada, todo mundo foi preso, foi judiado, mas até hoje eu tô sem saber o porquê, ninguém sabia de nada!” (SOUSA, 03 jul. 2016).

Nessa direção, *D.^a Maria Martins Jorge dos Santos* se recorda de que a chegada das Forças Armadas na região ocasionou mudanças no cotidiano das pessoas e nos deixa antever um pouco de sua aflição e dos demais moradores, no período:

[...] mas de noite eu escutava muito tiro, muito, muito, de noite, a gente escutava muito tiro, todo mundo com medo, mulher, todo mundo com medo. Quantas vezes a gente deitava no chão com medo da bala, um sofrimento, um sofrimento grande, e não foi só pra mim, foi pra todos daquela época. (SANTOS, 05 ago. 2016).

A lembrança é traumática. Eclode, evidenciando o sofrimento, foi estabelecido na vida cotidiana dos trabalhadores rurais uma desconexão com as práticas costumeiras do grupo. Todavia, o horror trazido do passado nas falas do entrevistados não se restringe a algumas memórias. Pelo contrário, as arbitrariedades cometidas pelas forças armadas aparecem com regularidade nas entrevistas, assim como a angústia, as pausas, os suspiros prolongados, os sinais de que a lembrança é profundamente dolorosa.

Sabemos que as memórias sofrem ação do presente e são reelaboradas a todo tempo. É, pois, da *natureza* da memória movimentar-se assim, sinalizando ao historiador que não lhe cabe, de forma alguma, emitir juízo de valor sobre a narrativa. Da mesma forma, a despeito da reelaboração e, talvez mesmo *permitido* por ela, a memória do sofrimento também emerge. Tanto as sensações físicas quanto o inconformismo psicológico por ter sido torturado *por algo que não fez*, são trazidos do passado também pela ausência de palavras: em meio ao relato, o *Sr. Antônio* faz pausas, sua voz embarga, o ar lhe falta, dificultando ainda mais a respiração comprometida pela asma, com a qual convive desde a infância.

Relembrar os momentos de torturas provocou nele sensações que, muito provavelmente, preferia esquecer, daí as pausas. Todavia, da mesma forma, deixar a lembrança submersa no esquecimento, em nada contribuiria para a luta travada no presente pelo direito à memória e à cidadania. Assim, pausa após pausa, o *Sr. Antônio* retomava conosco o diálogo.

Destarte, as memórias dos trabalhadores rurais nos permite observar todo um leque de histórias esquecidas e ainda não consideradas sobre o processo da Guerrilha. Histórias silenciadas pelas narrativas dos grupos que buscaram consolidar suas próprias memórias como representativas do processo. Por outro lado, é importante reiterar que as dimensões políticas da memória permitem vir à tona modos de viver e trabalhar, potencialmente reveladores de conflitos, limites e pressões quando colocam a visão dos trabalhadores rurais na disputa interpretativa pela Guerrilha do Araguaia.

Diante desse quadro, perscrutamos sobre a reconstrução dos modos de viver dos trabalhadores rurais do Araguaia, depois que o conflito se encerrou. Como eles fizeram para retomarem o curso de suas vidas, as dificuldades suplantadas e/ou adaptadas na recomposição do seu cotidiano na região ou fora dela.

Recomeçar a vida depois da Guerrilha do Araguaia, implicou numa mudança radical nas práticas costumeiras, acordadas na região por seus moradores. Muitos precisaram se ajustar a outras formas de trabalho, bem diferentes do modo de viver construídos até então. O deslocamento para a cidade, significou, enfim, o sepultamento das práticas culturais existentes antes da Guerrilha e que os definiam enquanto trabalhadores rurais.

Se por um lado, morar na cidade foi uma solução encontrada pelo Sr. *Manoel Alves de Sousa*, para dirimir o *medo*, que se tornava uma constante após o término da Guerrilha: “[...] Não deu jeito de voltar porque quando nós ia, minha mãe não queria mais, estava amedrontada, meu pai também não quis mais de jeito nenhum, fiquemos com medo”. (SOUSA, 03 ago. 2016).

Por outro, foi para muitos a única solução possível, pois para muitos uma nova situação se desenrolou: *a perda da terra*. A memória do Sr. *Antônio Alves de Sousa*, recupera a realidade que precisou enfrentar: “[...] Cheguei aqui em Xambioá doente [...] mas nesse tempo era mais novo tinha mais força, assim mesmo doente fiquei trabalhando.” (SOUSA, 03 jul.2016).

A fala do Sr. *Antônio*, condensa a situação geral dos trabalhadores rurais do Araguaia, após a Guerrilha. Sem as terras das quais retiravam seu sustento e o de suas famílias, tiveram que buscar trabalhos na cidade ou deslocar-se para outra região em busca de serviço no campo. Ir para a cidade, forçou um redimensionamento em suas relações sociais e de trabalho, sendo imposto um novo modo de vida, que em nada se assemelhava ao anterior. No comparativo, o Sr. Antônio entende que a mudança para a cidade, “[...] foi para pior, aqui teve ocasião que eu vi minha mulher empatar para lavar roupa [para outras pessoas] para poder dar de comer pra nós”. (SOUSA, 03 jul. 2016).

O Sr. *Antônio* nos indica que se tornou um desempregado, sujeito as oscilações do mercado. Para quem era o provedor da família, ficar dependendo do parco ordenado trazido à sua casa pela

lida da esposa, ele e os filhos enfrentaram o amargor *da fome*, uma condição impensável no campo.

A inconformidade passava pelo relato do *Sr. Antônio*, foi obrigado a se adaptar à uma lógica, à práticas culturais que em nada se assemelhava ao modo de vida no qual construíra sua identidade e a de seu núcleo familiar. Sem alternativas, precisou desenvolver mecanismo de defesa para se inserir no novo contexto, no qual não cabiam mais a solidariedade e as práticas de ajuda mútua.

Os aspectos da experiência de vida enfrentados pelo *Sr. Antônio* na cidade praticamente se repete nas trajetórias dos demais entrevistados. Também para eles foi necessário se ajustar às novas relações sociais e de trabalho, num processo constante de negociação. Agora, sem a confiança no grupo e as práticas solidárias, a instabilidade se instaurou.

D.^a Elsa Pereira Martins tinha 12 anos quando a Guerrilha do Araguaia chegara ao fim. Em meio ao confronto, já havia presenciado o fim da família de cinco pessoas, constituídas por ela, o pai, a mãe e mais dois irmãos. O pai desapareceu até a entrevista continuava desaparecido. A mãe, inconformada com a ausência, adoeceu. Incapaz de cuidar sozinha da família, muda-se com para a casa da avó materna com as crianças. Pouco depois, falece. A própria vó, agora com a responsabilidade sobre os netos, também não consegue lhes prover o sustento e, assim, a pequena família destrocada segue para a cidade.

A percepção dolorosa de que o fim da Guerrilha não oportunizava o retorno ao mundo anterior, também encontrou o *Sr. Darcí Alves Taveira*. Perguntado se havia voltado para a terra depois que o confronto terminara ele nos disse: “[...] depois, depois eu não fui mais lá, os fazendeiros tomaram de conta, perdi a terra”. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

Os elementos que marcaram o recomeço, se repetem na trajetória de todos os trabalhadores rurais entrevistados: a dificuldade de adaptação às novas relações estabelecidas na cidade, o uso comercial da terra, substituição das relações de solidariedade e ajuda mútua por relações utilitárias. Todo um universo de práticas culturais e de trabalho coletivo – como mutirões, festividades devocionais, encontros para caçar, pescar, etc. – são substituídos por relações com base no lucro e na expropriação do trabalho.

Dois elementos se cruzam na interface das memórias: de um lado, a impossibilidade de retorno ao campo e à uma vida que embora simples, era farta e solidária e, de outro, os azares e as mazelas da cidade.

Nesse transitar das lembranças, *D.^a Maria Emília* pouco entende o “acontecido”. As razões da Guerrilha, as mortes, as torturas, a terra arrasada, as vidas para sempre marcadas. Quando relata, deita sobre nós o semblante pálido, inquiridor, como a buscar de nós uma resposta para o seu próprio sofrimento. No silêncio das pausas intermitentes, compartilha conosco a pesada carga do sofrimento passado com o esposo. Para ela, se houvesse um “e se” na história, os resultados seriam tão diferentes quanto foram nas digressões do *Sr. Darci Taveira*. Sem a Guerrilha, *D.^a Maria Emília* acredita que hoje não estaria vivendo “de favor” na casa da única filha, dividindo as complicações do dia a dia com o genro e duas netas.

A mesma esperança de um “futuro pretérito”, também aquece o Sr. Domingos Barros dos Santos: “Se não tivesse acontecido, eu acho que nós estava bem melhor, porque a gente estava encaminhado nas coisas né, mas naquela época bagunçou tudo [...]”. (SANTOS, 05 ago. 2016).

Dessa maneira, são pois, a partir destes relatos que os sujeitos se constituem. A partir da narração dos trabalhadores rurais, é que podemos apreender a história como um processo vivido.

Não obstante, a possibilidade narrativa do processo histórico vivido, sempre se dará pela rememoração. E, também aqui o que se registra do passado é, igualmente, uma representação.

Ocorre, porém, que nem todos os sujeitos estão dispostos a trazer o passado à tona. Muitas vezes, entre lembrar e esquecer, opta-se pelo esquecimento. Sobretudo em eventos traumáticos como a experiência dos trabalhadores rurais na Guerrilha do Araguaia, o silêncio é também uma forma de se lidar com as dores. *O Sr. Antônio Alves de Sousa* nos contou sobre a recusa de um amigo, inclusive diante da possibilidade de o seu depoimento instruir um processo indenizatório” [...] fui falar desse assunto pra ele, pra entrar com o processo de indenização. [...] Ele falou: - *Se tu é meu amigo, tu nunca me fala dessa história*. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Diante da recusa à memória, também cabe ao historiador respeitar o silêncio e o direito ao esquecer. Afinal, o silêncio também é revelador do processo histórico, igualmente funcionando como

rastró, fios e sinais. *Esquecer* dos eventos que tiveram lugar durante a Guerrilha do Araguaia, sem dúvida significa, para o sujeito, evitar o registro do próprio sofrimento. Para o historiador atento, o silêncio de uma memória “enferma” também possui o estatuto de uma ação e, por meio dela, é possível reconstruir os fragmentos do processo histórico.

Da mesma forma, existem os sujeitos que optam pelo direito à memória. Para estes, lembrar está para muito além de reconciliar-se com um passado que é, aliás, irreconciliável. Trata-se de lutar pelo direito à cidadania, pelo direito de ter as próprias memórias registradas pela história e, desta forma, garantir a permanência da sua representação sobre o passado, *no futuro*.

Lembrar, narrar, registrar, é também uma forma de reparação histórica. Portanto, procuramos direcionar em nossa pesquisa para os trabalhadores rurais da região do Araguaia, na tentativa de trazer outras expectativas de leituras para a própria interpretação do processo histórico.

Diante de toda essa experiência de labuta, sofrimento e dor, reconhecer a cidadania destes trabalhadores implica, também, em recolocar suas memórias na reconstrução do processo histórico. Participantes igualmente legítimos da memória social, requerem que sejam reconhecidos também como construtores da sua própria história. Nesse sentido, cabe aos historiadores possibilitar a esses sujeitos a narrativa do seu passado, nos seus próprios termos, pois tiveram suas experiências silenciadas, suprimidas e desvinculadas das narrativas que se fizeram sobre o período.

Portanto, as memórias nos indicaram que muito depois do término do conflito, as vidas quebradas de forma tão bruta, ainda procuram seus “pedaços”. Não é possível, é claro, voltar o tempo e devolver aos narradores um outro passado. Mas, sem sombra de dúvidas, cabe ao trabalho histórico oferecer a possibilidade de um futuro redimido.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olhos D'Água, 2006.

BLOCH, Marc. **A apologia da História: Ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **A terra e seus homens:** Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII; tradução de Ilka Stern Cohen; - - Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 10ed. Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Livraria Duas Cidades; São Paulo, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo;** tradução de Cristina Antunes. - 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. - (Ensaio Geral).

FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias.** São Paulo: Olho D'água, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, Outras Histórias.** São Paulo: Olho D'água, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais:** Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição; tradução: Maria Betania Amoroso, - - São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2006.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: O direito ao passado. In: **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 25-28.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. SANTHIAGO, Ricardo. Ensaio de história oral. Seleção de textos. Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. Prefácio de São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. "O momento da minha vida": funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa et al (Org.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D'Água, 2004.

ATUAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS NEGROS: Uberlândia entre as décadas de 1980 e 2000

Janaina Jácome Santos ¹.

Neste trabalho, buscamos realizar uma reflexão sobre as ações políticas voltadas para a população negra na cidade de Uberlândia; um município localizando na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais. Falar sobre política pública para esse grupo significa refletir sobre o racismo, pois a criação desta tem como justificativa um meio de diminuir a desigualdade racial provocada pelo preconceito e exclusão racial. Como recorte cronológico adotamos o período de 1980 aos anos 2000, por se tratar de um momento de grandes transformações históricas para a nação brasileira. Vivenciamos ao longo das décadas de 1960 e 70 um período marcado pela repressão, violência, censuras e especialmente a retirada de direitos políticos e democráticos do cidadão. Grupos minoritários como negros, mulheres, LGBTQTs dentre outros sofreram uma forte perseguição política e social. O início dos anos 1980 representa um movimento contrário, ou seja, com o fim do regime ditatorial restaura-se direitos políticos-democráticos de todos os brasileiros.

Os movimentos político-sociais vinculados a população negra tem início muito antes dos anos 1980, entretanto políticas públicas voltadas para esse grupo se intensificam após a constituinte de 1988, que representava e indicava os anseios de boa parte da sociedade. Nosso olhar se volta para esta cidade, no interior de Minas, nosso lugar de origem e de vivências. Este texto apresenta algumas reflexões realizadas em nossa tese de doutorado, sobre políticas públicas de ação afirmativa para a população negra.

Muitos pesquisadores (SANTOS, 2011; LOURENÇO, 1986; SILVA, 2010; BARBOSA, 2014; CARMO, 2000; BRASILEIRO, 2006) narram e refletem sobre a constituição da cidade de Uberlândia, e sobre a população negra e descendente desde a sua fundação, apontando para

¹ Janaina Jácome dos Santos é graduada e licenciada em História, possui mestrado e doutorado em História Social (UFU). É especialista em educação na área de História e cultura afro-brasileira. Atualmente é docente da Faculdade Uniessa, em Uberlândia, nos cursos de direito e psicologia.

articulação e fundação de uma diversidade de movimentos negros durante a década de 1980. Iremos ao longo do texto refletir sobre dois movimentos: o MONUVA e o GRUCON.

O Movimento Negro Visão Aberta – MONUVA – iniciou seus trabalhos em 1984, levando em seguida uma representante mineira para a participação Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, no ano de 1986. A convenção trazia propostas e reivindicações políticas que geravam impactos para toda a população negra brasileira, como por exemplo a inclusão da temática étnico-racial nos currículos das escolas de educação básica, públicas e privadas. O Monuva tinha como fundadores pessoas com formação e profissão distinta que se articulavam com o objetivo de combater a discriminação racial, de acordo com seu lugar social e também com os embates de suas categorias.

Os diálogos realizados no espaço entre o público e o privado evidenciam às transformações na política uberlandense, mesmo que esses sujeitos não participavam diretamente das decisões políticas. Suas ações, mesmo que subjetivas, transparecem no espaço público, ou seja, deixam de ser ações individuais tornando-se parte de uma comunidade. Assim, alçam do privado para o público.

Além do Monuva, em 1986, Grupo de União e Consciência Negra, o Grucon iniciou suas atividades na cidade de Uberlândia. Segundo do historiador Pereira (2010) esse grupo tem caráter nacional, estando presente nos estados de Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, sendo inicialmente vinculado aos movimentos da Igreja Católica, mas desvinculando logo em seguida ao seu surgimento; com isso o Grucon alcança outros estados nacionais, como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão. A ação de ambos os movimentos negros na cidade repercutiu diretamente no planejamento político do município.

No ano de 1982 foi eleito para prefeito o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – Zaire Rezende - seu primeiro mandato compreende os anos de 1983 a 1988, sendo reeleito somente em 2001. De acordo com historiador Carlos Meneses de Sousa Santos (2009), ao ser eleito, Zaire Rezende trazia uma proposta de Democracia Participativa, trazendo uma expectativa de mudança no enfrentamento das desigualdades sociais vivenciadas na cidade naquele período.

Durante o período que esteve a frente da Prefeitura, Zaire Rezende, criou vários conselhos, com a justificativa de desenvolver intelectualmente a população da cidade, promovendo uma politização da sociedade. A questão racial se insere nessa perspectiva, por meio do projeto enviado pelo Monuva no dia 25 de junho de 1985, indicando a necessidade de se criar um conselho que representasse a população negra local. O Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Negra Municipal buscava integração da comunidade como um todo, inicialmente conclamava que todos que se unissem em prol de uma luta para a solução dos problemas municipais vinculados à questão racial, dando voz e vez aos grupos considerados minorias, promovendo atitudes democráticas e igualdade de oportunidades. Além dessas fundamentações, o projeto trazia em seu seio solicitações em diversas instâncias, inclusive no viés da política pública.

Vejamos a transcrição de partes do documento

Primeiro:

Criação de um Centro Educacional e Recreativo com a finalidade de concentrar a comunidade negra, afro-brasileira para que ela se mobilize juntamente com todas as outras etnias num convívio integrador e que possibilite a formação de uma sociedade justa, igualitária de direito de fato, onde os movimentos e expressões da cultura afro-brasileira tenha voz e vez, como vem tendo há muito tempo;

Segundo:

Através dos currículos escolares, principalmente na fase primária, criar o conceito, de que o Negro é gente e pessoa, é ser humano, e minimizar figura do negro escravo como é posta em todos os manuais escolares. Incentivar entre as crianças a participação do negro nas atividades de igual para igual. Não admitir entre os professores qualquer um que use expressões depreciativas ou faça discriminação entre os alunos;

Terceiro:

Criar condições de garantir emprego ao negro em todos os níveis da administração pública direta e indireta, em qualquer grau de aproveitamento de sua competência e proporcional à sua presença produtiva na população e no conjunto da sociedade.

Uberlândia, 25 de junho de 1985.

José Divino da Silva (Presidente) (apud BARBOSA, 2014, p. 116-117).

No documento observamos a solicitação da criação de um Centro Educacional e Recreativo, com o intuito de ser um espaço específico de reunião e formação para comunidade negra e afro-

brasileira, sendo um local participativo para todos os grupos sociais e étnicos. Além do pedido do centro, encontramos exigências que alteravam a própria política educacional, como a mudança na representação do negro nos manuais escolares, em especial na pré-escola. A intenção aqui era de transformar a forma como negro era visto, desde a primeira formação escolar para que posteriormente houvesse a diminuição do preconceito racial.

O pedido ia além do âmbito local, aproximando-se de exigências nacionais, ou seja, ligava-se com os anseios do movimento negro nacional. Percebemos uma vinculação entre os movimentos locais e nacionais, demonstrando uma inter-relação entre os grupos orgânicos institucionalizados em prol de uma luta comum. Após o pedido realizado pelo Monuva, o prefeito Zaire Resende envia o seguinte ofício:

Senhores diretores,

A comunidade negra tem sido a responsável por boa parte da construção do nosso país e, em Uberlândia o seu papel tem sido de relevância, tanto no desenvolvimento econômico, quanto no campo social, político e cultural. [...]

Na leitura e reflexão de sua correspondência de 25 de junho p.p. que tive o prazer de receber, em mãos, no meu gabinete, estou de acordo com as considerações feitas e a criação de um Centro Educacional e Recreativo [...]. Nesse sentido disponho a fazer uma doação de um terreno ao Monuva, para que o Movimento possa construir o Centro Educacional [...].

Atenciosamente, Zaire Rezende.

Prefeito Municipal (apud BARBOSA, 2014, p. 118).

A estratégia política adotada pelo então prefeito em se aproximar da comunidade, além da possibilidade de ter sua imagem vinculada a movimentos sociais, fazia com que muitas ações fossem aprovadas pelo governo municipal. Os interesses de ambos seriam atendidos, tanto para poder político/públicos local quanto para grupo que representava uma fração da sociedade civil. Cabe aqui ressaltar que no embate pela hegemonia, ambos os lados têm interesses distintos, mas que se cruzam em um determinando ponto; o prefeito buscava se manter próximo à comunidade negra, que poderia ser refletivo em votos em uma nova eleição e o movimento teria interesses políticos de construção de uma sede. Não existe aqui, bondade em nenhuma das partes, mas sim embates em busca da conquista ou manutenção do poder. É, portanto uma relação de forças em ambos os espaços e também dentro deles.

Além desta ação em “prol” da comunidade negra, em 08 de novembro de 1985, Zaire Rezende assina o decreto nº 3041, que estabelecia a criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CMPDCN). Uma ação afirmativa institucionalizada anterior à aprovação e estabelecimento da Constituição Federal de 1988. O decreto criando o conselho, representava a inter-relação entre sociedade civil e sociedade política, apontando para uma institucionalização da atividade civil dentro da política. No mesmo ano (1985) o Monuva organiza o Encontro Nacional Negro, Cultura e Constituinte com o apoio da Prefeitura Municipal visando presença nas Assembleias Nacionais Constituintes.

As ações municipais continuam nos anos seguintes, em 1988 foi assinando pelo prefeito a Lei Municipal nº 4.744 que institui o Código Municipal de Posturas que 240 artigos estabelecendo um conjunto de normas municipais, de interesse local e referente à utilização do espaço público, do funcionamento de estabelecimentos, higiene e ao sossego público, em apenas uma delas aparece o termo Raça. No capítulo IX, de Título Dos elevadores, artigo 171 consta

É vedada a restrição de acesso de pessoas às unidades de edifícios de qualquer natureza mediante discriminação do uso de entradas, elevadores e escadas dos prédios, em virtude de raça, cor ou condição social
(CÓDIGO DE POSTURAS, 1988)

O historiador Júlio César de Oliveira (2012) aponta que Uberlândia é marcada por excluir negros e descendentes de alguns dos espaços físicos da cidade, algo que não ocorreu somente na região, mas no país como um todo. Observamos que é uma pequena orientação sobre a discriminação de raça ou cor na entrada de lugares públicos, neste caso elevadores, o que nos leva em determinados momentos a questionar do porque desde quesito, não sendo ampliado a outros espaços na cidade?

Diferentemente do Código de Posturas, a Lei Orgânica Municipal de 05 de junho 1990, assinada no governo do Prefeito Virgílio Galassi (1989 e 1992) inseria o debate racial de forma mais incisiva e criava uma das primeiras estratégias de ação política voltada para população negra do município. A aprovação do Artigo

165 na Lei Orgânica Municipal evidenciava que a atuação dos grupos negros institucionalizados na cidade se fazia presente.

O Artigo 165 determinava não somente princípios punitivos para prática de crimes de racismo, mas propõe ações para a desconstrução dele, objetivando gerar no futuro uma transformação ideológica e social. Em efeito a Lei Orgânica torna-se a primeira ação afirmativa local, com o viés de política pública para a eliminação do preconceito e discriminação racial, buscando a promoção de uma igualdade. Fato que antecede legislação nacional a de 2003 que obriga o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino público e privado. De importância significativa para a sociedade e para os movimentos negros, o Art.165 seria um compromisso assumido pelo Estado, representado pela sociedade política, e a toda a população uberlandense, em especial os afetados diretamente por ela.

Novas eleições geraram mais uma vitória para os movimentos negros, no ano de 1993, na gestão do prefeito Paulo Ferolla, representante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi criada a Seção Afro-brasileira (conhecida também como Pasta Afro), vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. A Pasta Afro surge de pressões externas ao governo municipal, advindas do próprio movimento negro que, na tentativa de se manter dentro da sociedade política, envia um documento pressionando o prefeito a nomear alguém previamente escolhido.

Os representantes do “povo” nomeados ou eleitos fazem parte do que Mendonça (1996) aponta como microcosmo burocrático, onde sujeitos que adentram a política se sentem dotados de poder superior passando a atuar como autoridades legítimas do estado apresentando uma verdade absoluta na promoção dos seus interesses, às vezes de cunho pessoal. É necessário perceber como a criação de pastas e coordenadorias afro-raciais estão inseridas nesse contexto do microcosmo burocrático e político. A pressão exercida com a escolha pré-determinada de pessoas para a liderança da Pasta Afro aponta justamente para a manutenção do poder e “a relação de representação”. O nome escolhido para ocupar a posição privilegiada foi um dos fundadores do MONUVA, Valter José Prata (Mestre Capela)

A Seção Afro-brasileira vigorou durante os anos de 1993 a 2001, dentro do governo dos prefeitos Paulo Ferolla (1993 – 1996) e Virgílio

Galassi (1997 – 2000); uma nova candidatura do ex-prefeito Zaire Resende levou um novo ânimo aos movimentos negros locais. Com propostas participativas e ações voltadas para a população, o candidato é eleito e assume a Prefeitura Municipal em janeiro de 2001.

Assim que toma posse, é criada a Lei Complementar nº 251 de 16 de janeiro de 2001, definindo a Coordenadoria Afro-racial - a Coafro - que estava ligada diretamente à Secretaria Municipal de Governo, nome adotado para o Gabinete do Prefeito. A mudança na nomenclatura indicava uma confluência entre a sociedade civil e política.

Algumas considerações devem ser tecidas sobre a criação da Coordenadoria e a extinção da Seção de Cultura Afro-brasileira; percebemos que a Pasta Afro manteve-se como Seção atrelada à Secretaria de Cultura, desde a sua criação no ano de 1991. Seção indica repartição, uma divisão dentro da esfera política, onde as ações não se concentram como um todo, mas em pedaços. Tais características indicam uma desarticulação entre os anseios do movimento negro local e as decisões tomadas pela Pasta Afro, sendo vista aqui como um órgão do Estado.

Tantas mudanças dentro da esfera política demonstram que as relações de força presentes nesse espaço são as semelhantes às que permeiam a sociedade civil, em níveis diferentes de intensidade, mas não menos importante. As reivindicações dos movimentos sociais e raciais vinculados aos grupos privados de poder hegemônico demonstram o quão tenso são as próprias relações sociais e que a luta é constante para a ascensão ao poder ou mesmo para manutenção dele. Cabe ressaltar que nem toda a população negra da cidade de Uberlândia tinha acesso ou participava diretamente destas decisões ou mesmo dos movimentos negros institucionalizados, muitos poderiam ignorar a existência de um espaço de construção da identidade negra na cidade. Contudo, não podemos aqui ignorar o fato de que as transformações realizadas no espaço público-político, como as leis, os decretos estavam inseridos na sociedade como um todo. Ou seja, a discriminação, o preconceito e a desigualdade racial se faziam presentes em toda comunidade local, atingindo, portanto, grande parte dos habitantes negros ou pardos, autodeclarados ou não da cidade.

Referências

- BARBOSA, Pedro. **O movimento negro de Uberlândia/MG: mobilização social e política.** Novas edições acadêmicas, 2014.
- BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas de Minas Gerais.** Brasília: Fundação Palmares, 2001.
- BRASILEIRO, Jeremias. **Congado em Uberlândia.** Espaço de resistência e identidade cultural, 1996 - 2006. Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19180/1/CongadoUberlandiaEspaco.pdf>. Acesso em 02.10.2017
- CARMO, Luzs Carlos do. **Função de Preto: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia.** Dissertação de Mestrado, São Paulo. PUC/SP, 2000.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Bairro do Patrimônio: salgadores e moçambiqueiros.** Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista O tempo.** Rio de Janeiro, vol 1, 1996. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-6.pdf Acesso em 05.02.2017
- OLIVEIRA, J. C. **Ontem ao lugar: cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960.** Uberlândia: EDUFU, 2012
- PEREIRA, Amílcar Araújo. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil(1970-1995).** Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf> Acesso em 18.04.2016
- SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Ser trabalhador na cidade: relações de classe em Uberlândia: fins do século XX e início do século XXI.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2009.
- SANTOS, Fernanda. **Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais. Uberlândia/1984-2000.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.
- SANTOS, Janaina Jácome dos. **Políticas públicas: ações afirmativas para a população negra.** Uberlândia. 1980/2016. Tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível

em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20620> Acesso em 17.12.2020

SILVA, Daniela Belo et al. Configuração urbana do bairro Patrimônio em Uberlândia- MG: levantamento histórico e contemporaneidades. **Revista Fato &versões**, nº.3, v.2, 2010. Disponível em: www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes Acesso em 05.09.2016.

SILVA, José Carlos Gomes; CAIXETA, Jeane Maria. Patrimônio: Imagem e Memória de Um Território Negro em Uberlândia. IN: **Boletim do Lapes**. Laboratório do Pensamento Social. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

TRABALHO E IMIGRAÇÃO: as trajetórias dos imigrantes haitianos/haitianas para o Brasil

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho¹

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em setembro de 2019, que de 2010 a 2018 aproximadamente 500 mil imigrantes entraram no Brasil. Ainda nesta pesquisa, os dados indicaram que havia a presença de imigrantes e refugiados em 3.876 dos 5.568 municípios brasileiros, mas apenas 215 destas cidades possuíam algum tipo de serviço público direcionado a estes sujeitos. É importante mencionar que, entre essas políticas públicas, o IBGE destacou que a maioria era viabilizada em condições precárias, como por exemplo, o acampamento no Acre. Dessa forma, ainda que, em 2017, na Lei 13.445, Lei de Migração, tenha sido instituída, no 3º parágrafo, a obrigação de políticas públicas para os imigrantes como garantia de sua inclusão social no Brasil, são praticamente inexistentes os serviços públicos que se dedicam a tais especificidades.

Deste modo, utilizei-me da análise feita por Sassen (2016) de que o processo vivido pelos haitianos foi o de expulsão, não apenas de seu país de origem, devido às péssimas condições para se manter uma vida digna, mas também, no Brasil, ocasionado pela falta de políticas públicas e apoio de setores municipais e federais para estes imigrantes.

Trajetórias de trabalho

O trabalho pode ser considerado como o fundamento de todas as sociedades históricas que temos registro. No caso dos haitianos que imigraram, suas vidas estão diretamente relacionadas à falta de trabalho em seu país.

¹ Doutora em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Email: joohieda@hotmail.com

Em 2016, com 33 anos Wladimy² imigrou do Haiti com sua irmã de 19 anos e vieram para Cascavel em busca de trabalho. “Já tínhamos amigos aqui, um era inclusive professor igual eu e dizia que trabalhava em algo que era melhor do que ser professor”. Após essa frase, compreendi que era provável que ele soubesse da dificuldade que teria para exercer sua profissão no Brasil. Mas a expectativa indicada por seu amigo do que era “melhor” lhe parecia uma oportunidade.

No decorrer da entrevista, Wladimy relacionava os aspectos da imigração com o trabalho que executara em seu país, em alguns momentos parecia tentar se justificar, de modo que, para quem ouvisse sua narrativa, não o condenasse por narrar aquilo que parecia um retrocesso, ou seja, no Haiti era professor e no Brasil estava trabalhando na linha de produção de um frigorífico.

Contou que, no Haiti, acordava às 05h para conseguir organizar seu material para levar para a sala de aula. Não era possível ajeitar no dia anterior, pois o bairro onde morava só possuía energia elétrica até às 20h. Ele chegava em casa apenas às 18:30h e, então, ia ajudar seu pai a arrumar o que iria vender no outro dia, em uma espécie de feira livre no comércio. Após ordenar o material, Wladimy auxiliava sua irmã que também acordava nesse horário para preparar a comida que todos levariam para comer durante o dia. Ele narrou que “tinha que sair de casa no máximo 06h10min, senão atrasava pra escola”.

A distância da escola onde trabalhava até sua casa era de 6 km. Um detalhe importante a ser mencionado, pois Wladimy carregava uma mochila com livros e mais duas sacolas com cadernos de seus alunos que levava para casa para corrigir as tarefas, visto que, enquanto estava na escola, não havia hora-atividade. “Trabalhava com alfabetização de duas turmas, uma de manhã e outra de tarde, na primeira tinha sessenta e cinco alunos e na segunda variava, às vezes até oitenta!”, conforme pontuou.

As péssimas condições que encontrava em seu trabalho refletiam o descaso com a educação no Haiti. Foi árduo o processo para conseguir finalizar o ensino superior e tornar-se professor. Seus pais não moravam em Porto Príncipe e a universidade ficava na

² Todos os nomes utilizados são pseudônimos escolhidos pelos próprios haitianos/haitianas, mantendo a característica de nomes comuns no Haiti. WLADIMY. Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho. Cascavel, 11 set. 2016.

capital, então precisou viver de favores e fazer bicos para que conseguisse concluir, mesmo assim, trancou a faculdade durante um ano: “Queria desistir, não via mais sentido pra estudar. Meus pais precisavam de ajuda e eu só se preocupava comigo, aí fui perdendo o valor nos estudos”.

Infelizmente, em situações como a que Wladimyr vivia, tornava-se difícil acreditar que os estudos poderiam auxiliar para melhorar a situação financeira de seus pais. Afinal, o que mais preocupava era a falta de comida e de dinheiro diariamente, pensar a longo prazo, imaginando que pudesse em poucos anos conseguir um trabalho melhor para sustentar sua família, não ajudava naquele momento em que passavam fome. Além disso, pesava a condição de que mesmo com poucos recursos era por meio da agricultura de subsistência que seu pai mantinha sua família, por isso havia objeção de sua parte que o filho estudasse.

Continuou relatando: “desanimei de ser professor. Eu gostava das crianças, mas como ia ser professor? Foram cinco, seis anos estudando e achando que no final ia levar meus pais pra Porto Príncipe e que eles não ia mais sentir fome e no final foi isso...”. Wladimyr expressou nessa frase as contradições que viveu no Haiti, em que mesmo sendo contrário ao seu pai, que queria que ele permanecesse em casa e auxiliasse na agricultura familiar, compreendia que a profissão que escolhera dificilmente possibilitaria uma vida melhor para si e para sua família.

Wladimyr se sentia prejudicado pela forma como a educação no Haiti era desvalorizada. Mas, por outro lado, sentia-se dono de sua própria história. Talvez pudesse até caracterizá-lo como privilegiado por ter estudado, quando quase ninguém que havia crescido na zona rural conseguiu. Além de não querer ocupar o lugar que seu pai gostaria que ele ocupasse na família, como o “homem da casa” por ser o filho mais velho, imbricou em conflitos de gerações. Ele queria construir seu próprio caminho.

O que se torna evidente, pois, ao longo da narrativa, afirmou: “meus pais vem pro Cascavel até final do ano, não querem, mas vem. Conseguimos convencer eles! É muito difícil pros mais velhos deixar o Haiti (...) mesmo sendo ruim lá, não sei explicar porque não vem”. Wladimyr já havia conseguido juntar dinheiro para trazer seus pais, mas a história de seu pai estava atrelada a seu pertencimento ao Haiti, aspecto que o filho, aparentemente, não

possuía por ser de uma nova geração. No entanto, o sentimento demonstrado por Wladimy, a busca incessante de convencimento de seus pais para que aceitassem vir do Haiti para o Brasil, pode ser compreendido também como uma maneira de não perder as relações com seu país de origem.

Ademais, nas comparações em relação a memória da vida no Haiti e no contexto brasileiro, Wladimy parecia entender a dificuldade de seu pai em sair do Haiti, afinal “não posso falar que aqui é melhor do que lá, acho os dois tão ruins, quanto!” recordou o entrevistado ao citar uma série de contradições acerca do que pensava do Brasil e do que vivenciava na prática, principalmente sobre o trabalho exaustivo na linha de produção do frigorífico em que sentia não possuir controle sobre seu tempo e sua própria vida.

Semelhante à contrariedade do pai de Wladimy mudar-se para o Brasil, conheci Dona Fabíola³, uma trabalhadora haitiana de 69 anos que representava o setor tradicional de saúde do Haiti.

Eu tenho sessenta e nove anos, vim morar no Brasil por causa dos meus filhos, mas eu gostava mesmo era de ficar no Haiti. Lá eu ajudava meu povo, batiam direto na porta da minha casa “dona Fabíola, meu filho está com febre, faz um chá pra ajudar nós”, “dona Fabíola, minha esposa vai ganhar neném, socorre, por favor!” (...) eu era como posso te dizer, praticamente uma médica, né? Deus me fez médica, só que sem aquele negócio que te dão pra oficializar... (FABÍOLA, 2018)

Conheci-a em uma roda de conversa com nove trabalhadores haitianos. Quando passava na rua e percebeu que estávamos conversando, juntou-se conosco e participou ativamente do diálogo. Logo quando chegou, considerei diferente sua presença, afinal, de longe vinha brincando, conversando e cantando em *kreyòl*. Não era comum uma mulher haitiana chegar em um local onde havia predominância de homens haitianos e conseguir falar ativamente. Por isso, pude perceber que respeitavam a “dona Fabíola”.

Depois das narrativas, descobri que ela representava uma categoria de mulheres que eram consideradas curandeiras. A senhora destacou: “não cobrava nada em troca!”. Continuei a entrevista perguntando, “mas dona Fabíola, de onde vem essa sua experiência de cura?” ela respondeu: “Então minha filha, isso é um dom, né? De

³ FABÍOLA. Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho. Cascavel, 29 jul. 2018.

família! Veio desde a minha vó. Não! Na verdade, já a mãe da minha vó, a mãe dela, a minha mãe, todas nós! E sempre uma passa pra outra as receitas, os dons com as ervas, né?”. Sua fala exemplificou a tradição oral que era transmitida em sua família de geração em geração acerca dos métodos de saúde, mas acima de tudo, refletiu a dificuldade escancarada da falta de disponibilização de saúde pública no Haiti.

Portanto, a medicina tradicional, que foi exposta por dona Fabíola como trabalho, recebia um peso ainda maior ao ser definido como dom. A desigualdade social em que vivia a população haitiana lhes negava o direito da saúde pública e de qualidade. Segundo o relatório *Rapport Estatistique* (2019), até 2018, havia 1.077 estabelecimentos de saúde no Haiti. Porém, o documento demonstrou que não se tratava apenas da falta de estrutura para que a saúde fosse entendida como precária. Por meio da pesquisa constatou-se que 47% da população haitiana não tinha acesso aos serviços básicos de saúde e 50%, a medicamentos essenciais.

Por isso, dona Fabíola e outras mulheres que se ocuparam a vida toda da medicina tradicional permaneciam recebendo as pessoas que as procuravam em busca de ajuda. Além da dificuldade financeira, ela destacou elementos do imaginário popular acerca daquilo que definiu como seu dom. A saúde tradicional era revestida por costumes em comum aliada ao fato de que, para os haitianos e haitianas, a religião do vodu influenciava fortemente em todas as circunstâncias de suas vidas. Desta forma, ela possuía um papel hierárquico na cultura de seu país, era quem conduzia as cerimônias religiosas do vodu em sua comunidade no Haiti e continuava a realizar ritos, ainda que de maneira singela em Cascavel.

A entrevistada contou que, quando uma pessoa já estava “caminhando para o fim da vida”, era comum que a família batesse em sua porta como a último ato possível a ser feito. Havia no interior das próprias famílias a utilização da medicina tradicional, mas as curandeiras representavam o nível superior dessa forma de medicina. Por isso, eram procuradas, quando a doença estava avançada, com o intuito de fornecer à pessoa que estava prestes a partir o último suspiro de dignidade.

Conforme narrou dona Fabíola:

Pra você ver, né ... tem hospital no Haiti que não dá pra pessoa que tá lá a beira da morte, um cama pra ela deitar. Eu dou! Eu não preparo só os chás. Eu acolho a família, eu dou remédio pro doente, rezo por ele, mas eu fico do lado da família

depois que a pessoa se vai. Colocava cadeira assim ó ... (puxou uma cadeira) e todo mundo sentava ao redor e ficava em paz. (FABIÓLA, 2018)

A curandeira cobrava dos familiares o que estivessem dispostos a pagar. Sabendo que, em muitos casos, não havia como exigir dinheiro, as famílias lhe pagavam em alimentos, como quando aconteceu o terremoto em 2010. Dona Fabíola se lembrou: “eu parecia o presidente de tão procurada!” e, ao mesmo tempo, mencionou que, durante esse período, por ter atendido muitas pessoas, conseguiu juntar alimentos que doou para outros necessitados. Inicialmente, imaginei que o papel que dona Fabíola ocupava, no Haiti, e que ainda estava presente em Cascavel, fosse o de preencher o espaço da atenção e cuidado que a população esperava receber de um médico. No entanto, quando tive a oportunidade de entrevistá-la a sós, percebi que o vodu era o principal fator que ocasionava sua procura.

Os imigrantes que estavam sem trabalho procuravam-na para que ela realizasse rituais em busca de abrir os caminhos para que oportunidades aparecessem. No entanto, dona Fabíola apresentava um aspecto triste ao mencionar que não se sentia completa morando em Cascavel, que só havia imigrado porque seus filhos haviam saído do Haiti, mas que, por não ter um local adequado para a realização da cerimônia religiosa do vodu, muitos haitianos deixavam de proferir as palavras sagradas e os rituais, o que favorecia a perda da memória dos antepassados no decorrer dos anos. Ela não se sentia pertencente ao lugar que ocupava naquele momento.

Ao contrário de algumas religiões cristãs em que a religiosidade pode ser atribuída ao individual em uma oração específica, para ela, ser a líder religiosa de um terreiro era mais do que ser importante, era cultuar e valorizar a história de seus antepassados, aspecto que só acreditava que seria possível se retornasse ao seu país natal, “não sou feliz aqui. Eu sinto que os deuses solicitam a minha volta”, ao definir sua memória em consentimento com a dos deuses, tornava ainda mais evidente o fato de que carregava consigo a perspectiva de que tinha a missão de não permitir que a religião vodu deixasse de representar a própria luta dos antepassados para que o Haiti se tornasse um país livre.

Quando me contou sobre o porquê o vodu haitiano não era o mesmo do realizado em Cascavel, disse que

Aqui se você perguntar, os haitianos têm vergonha de dizer que praticam o vodu. No Brasil, praticamente um país de negros, as religiões dos africanos são menosprezadas, nossos deuses precisam ser chamados baixinho. Quem já foi em um terreiro sabe, minha filha, que a linguagem do negro é cantar e dançar! Nosso batuque se estendia por uma madrugada inteira. Aqui quando falamos alto em *kreyòl*, os olhares já vem de rabo de olho. Imagina se fizermos uma batucada a noite? Vira caso de polícia! (risos) (FABÍOLA, 2018)

O que parecia incomodar profundamente dona Fabíola era o fato de que a cultura de seu povo, que era transmitida há séculos pelos rituais de vodu, desde celebrações, como casamentos e datas festivas referentes à religião, era muito cultuada no Haiti, mas, no Brasil, os haitianos buscavam se apropriar de outras culturas para poder sobreviver, como por exemplo, “não realizei nenhum casamento vodu no Brasil, mas sei que já tiveram diversos casamentos nas igrejas evangélicas”.

Para a entrevistada, a imigração estava longe de ser considerada um caminho de liberdade e conquistas, afinal, coincidia com o enquadramento de que os haitianos e haitianas tivessem que esconder práticas que lhes eram comuns em seu país. Ao elencar o medo e a vergonha de dizer que praticavam o vodu, dona Fabíola sentia que seus conterrâneos estavam negando a história de seus antepassados, o que, para ela, significava mais do que modificar os costumes, buscavam ressignificar suas histórias sem considerar o contexto da luta revolucionária e a presença religiosa do vodu na constituição do Haiti.

Considerações Finais

Neste texto procurei demonstrar como experiências que possam parecer individuais, nas análises com diversos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes se tornaram coletivas, desde o momento em que saíram do Haiti, o processo vivenciado da viagem para o Brasil e o contexto do trabalho exaustivo que executam em setores precários no Brasil.

Dessa forma, “a evidência oral proporciona um registro essencial da história oculta da migração” (THOMSON, 2002, p. 343); pois, foi por meio das narrativas que o processo imigratório tornou-se mais humanizado, onde pude conhecer as trajetórias

narradas pelos próprios trabalhadores imigrantes e destacar seus sonhos, anseios e contradições.

Referências

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros. Toussaint L' Ouverture e Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOSEPH, Handerson. **Vodu no Haiti - candomblé no Brasil**: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo afro-latino-americano. Pelotas-RS, 2010. Dissertação de Mestrado. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.22, n.44, pp. 341-364, 2002.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AS MULHERES TRABALHADORAS NEGRAS DAS PÁGINAS DO JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Iraneide Soares da Silva¹

Os impressos no Brasil tiveram um importante papel nos debates sobre a escravidão contra os africanos e seus descendentes, não somente para análise dos discursos abolicionistas, mas também para a compreensão do escravismo criminoso e os modos de vida, arranjos políticos e sobrevivências dos sujeitos escravizados. Todavia, apesar de todos os discursos construídos acerca da escravidão, na prática houve quase nenhuma mudança efetiva nas condições de vida dos escravizados, que continuaram até os fins dos oitocentos, sujeitos a exploração tanto física quanto psicológica por parte dos seus proprietários.

Ainda sobre a importância dos impressos, Martins e Luca (2012) destacam que a história da imprensa está diretamente relacionada com a história política, econômica, social e cultural do Brasil. Com essa afirmação, as autoras concluem que a imprensa é ao mesmo tempo objeto e sujeito da história brasileira. Esse duplo papel desempenhado pela imprensa, valoriza os periódicos como uma fonte riquíssima e detalhada, tanto para os historiadores, quanto para os jornalistas e demais pesquisadores que se interessarem pela história da imprensa.

Na província do Maranhão da primeira metade do século XIX, encontramos dentre muitos periódicos, o jornal Publicador Maranhense e, através dos anúncios que tratavam dos homens e das mulheres escravizadas tanto como fugitivos, quanto como mercadoria, postos como uma propriedade qualquer, se encontravam muitas mulheres negras, sobretudo nos anúncios de compra e venda e, em menor escala como fugitivas.

¹ Pesquisadora Negra Ativista dos Movimentos Sociais Negros Organizado Brasileiro desde 1989. Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU; Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará/UFC; Graduada em História pelo Uniceub/DF. Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Piauí/UESPI. Coordena o SANKOFA - do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição da UESPI; Preside a Comissão de Heteroidentificação das políticas de Ações Afirmativas da UESPI. Está Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros/CONNABAS; é Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)/ABPN; a Associação Nacional de História. E-mail iraneidesilva@cpm.uespi.br

Igualmente, quando analisávamos aquele jornal, Publicador Maranhense, constatávamos que ali estavam centenas de trabalhadores e trabalhadoras negras. Durante a pesquisa, produzimos um quadro com a transcrição de 146 anúncios de fugas de escravizados, publicados naquele periódico, entre os anos de 1842 e 1845. Este quadro nos fez perceber que, do total de 146 anúncios, somente 9 eram de mulheres negras. O fato de encontrar somente nove mulheres em tantas páginas daquele periódico nos levou a aprofundar a procura, daí a necessidade de procurarmos na mesma fonte, as mulheres negras a partir da seguinte questão: como as mulheres negras eram apresentadas no jornal Publicador Maranhense (1821 a 1850)? Outras questões foram surgindo, tais quais: será que as fugas das mulheres eram menos frequentes do que a dos homens, ou não eram publicadas?

Levantamos algumas hipóteses, propondo que talvez essas mulheres evitassem as fugas por não conseguirem abandonar seus filhos ou porque de modo mais geral, por elas ficarem mais desamparadas nas ruas da cidade, fossem mais vulneráveis às agressões e abusos sexuais e de toda ordem. Não sabemos ao certo. São dados a serem verificados, pois a minha pesquisa ainda não deu conta, mas apontou possibilidades a partir das questões postas.

Nosso caminho de investigação nos permitiu primeiramente descortinar as nove mulheres encontradas nos anúncios de fugas daquele jornal. Logo na edição de número 1, de 5 de julho de 1842, do jornal Publicador Maranhense, aparece nos anúncios de “fuga de escravos”, Tomázia, a mulher branca, que busca recuperar sua escravizada Gertudes que havia fugido. O caso dessas duas mulheres se soma ao de Raquel, Rita, Felicidade, Ignácia, Maria da Cruz, Anna, Anastácia e Bia que são encontradas em edições seguintes. Essas mulheres foram personagens nas páginas do jornal Publicador Maranhense, especialmente nos anúncios, de fugas de escravizados, entre os anos de 1842 a 1845. Sobre aquelas mulheres dos anúncios de fugas pouco descobrimos por meio de outras fontes, todavia, a descrição feita pelo jornal, exaltando suas marcas e sinais, nos permitiu analisar a luz da historiografia e dos seus lugares sociais e históricos e traçar uma pequena trajetória.

A preta Raquel, que naquele anúncio, como as demais aparece sem sobrenome, nasceu mais ou menos em 1793 não se sabe onde. Viveu até seus 50 anos como escravizada. Também não se sabe se viveu esses 50 anos com D. Anna M. Gonçalves Nina, sua proprietária, ou se passou por outros donos/as. Todavia, quando pesquisamos sobre a sua senhora D. Anna M. Gonçalves Nina, encontramos suas origens em Manaus. Logo, podemos supor que Raquel possa ter vivido naquela província. Raquel, depois de cinquenta anos, sai do cativeiro. Foge. Dos muitos anos de trabalho forçado lhe restou quase nada. “*Uma velha saía de Maria segunda roxa e o velho lenço amarrado na cabeça*”. “[...]”

Quem a levar a sua Sra. ou dela der notícia na travessa da faca velha casa n. 11, informa o jorna, será recompensado”. Isso é o que se sabe sobre Raquel. (Jornal Publicador Maranhense, quinta-feira 16 de março de 1843, edição 67.)

Seguimos essas mulheres a partir de outras fontes como os documentos produzidos pela secretaria de polícia, não as encontramos. Além do mais, compreendemos que, as fugas representavam o grau de complexidade que envolvia duas ações: a ação, fugir; a de manter-se escondido, ser acolhido. Eram situações bem complexas e que colocava no mesmo patamar as experiências tanto dos fugidos quanto as dos escravizados. Gomes (2003), numa assertiva nos faz compreender que: “As fugas estavam inseridas na experiência cotidiana dos escravos e constituem um aspecto revelador dos mecanismos de resistência, destacando a constituição de comunidades, identidades e culturas.” Essas comunidades são os quilombos, onde o mais conhecido é o quilombo dos Palmares, expressão de luta e resistência negra, no Estado de Alagoas, (Séc. XVI).

Na edição de número 115 do jornal Publicador Maranhense, 1843, conhecemos Anastácia como fugitiva. Fugiu do Ceará no dia 12 de julho escravizada por José Semella de Vasconcelos, com os sinais seguintes:

[...] cabra de cabelos pegados, porém crescidos na frente, barriguda, canelas finas, pés grandes com os dedos abertos. Fuma muito cachimbo, e inculca ser forro; levou três saias além de outras, uma de chita azul, outra de chita desbotada, e outra branca, e mais dois chalés hum de lã com palmas encarnadas, e outro encarnado d’chita com sercadura branco

Anastácia também fugiu e, pelos sinais apontados pelo jornal, não era muito jovem. Das informações apresentadas sobre Anastácia, tem um dado que nos chama a atenção: “*inculca ser forra*”. Essa afirmativa nos remete a outras leituras, seguindo a possibilidade Dela, Anastácia, ser de fato alforriada. Sim, ela pode ser alforriada e reescravizada. O que nos remete ao texto da historiadora Fernanda Pinheiro, (2015), quando esta registra em sua pesquisa algumas narrativas sobre reescravização:

Depois de muitos anos vivendo como escravo, Antônio Rodrigues foi informado que, na verdade, era um homem livre. Sem demora, retirou-se da Vila do Caeté, na capitania das Minas Gerais, e passou a morar em companhia de sua mãe nas Catas Altas, freguesia pertencente à cidade de Mariana. Foram quatro anos desfrutando da liberdade até que, em 1762, chegou uma notícia assustadora: seu ex-senhor mudara de ideia e tentava encontrá-lo para levá-lo de volta ao cativeiro.

A literatura que trata de escravidão e liberdade é farta de caso de reescravização, conforme Grimberg, (2006). A reescravização é um fato

corriqueiro, todavia, no caso específico da Anastácia, não tenho essa confirmação, são somente, evidências que nos leva a crer na afirmação dela de ser forra.

Nos anúncios de compra e venda do Jornal Publicador Maranhense, aparece uma serie de mulheres, para vender e, como não visto nos anúncios de fuga, nessa sessão de venda, elas são apresentadas com profissão e qualidades, tais quais os homens. Vejamos os dois anúncios: o primeiro de venda e o segundo de fuga:

Os abaixo assignados na praia grande tem para vender hum molato com princípios de Offício de pentieiro, huma preta moça que sabe cozinhar lavar, e gomar, e huma molata já idóza que também sabe lavar e gomar, quem os pertender comprar dirijão-se a Loja dos anunciantes. Maranhão 12 de Julho de 1842. José João dos Santos e Almeida & Cia.

Em 1 de junho do corrente ano fugiu da casa de Manoel Boaventura Rodrigues, na Caxias uma cafusa de nome **Felicidade**, escrava do Antônio Severiano de Gois, e hoje Antônio José Martins por comprar que dela faz: consta que fugiu para esta cidade, a tem os sinais seguintes – graça do corpo, peitos grandes, cabelos grandes, e costuma andar asseada, quem a entregar esta cidade a Guimarães Magalhães & Silva, ou na de Caxias no Major Feliciano José da Silva será recompensado do seu trabalho. Maranhão 13 de setembro de 1843.

Felicidade não tem ofício declarado, é somente uma escravizada, enquanto a preta e a crioula do anúncio de venda, não tem um nome, mas tem saberes que pode interessar ao comprador. Ao longo da leitura das edições do jornal, fomos encontrando mais e mais mulheres, exercendo as mais diversas atividades. Sua participação na dinâmica socioeconômica e cultural da cidade era bastante relevante. Elas estavam em todo lugar. Na casa, na roça, na rua e na praça.

Na casa, assumindo as atividades domésticas como cozinheiras, engomadeiras, amas de leite, cuidadoras; nas ruas e feiras com as vendas de comidas e produtos alimentícios; nas praças e lojas, com vendas de produtos e muitas vezes também a noite servindo a prostituição; nas lavouras da roça e no trato com a casa grande; es domésticas de lavadeiras, entre outros serviços. Isso é notado nos anúncios do jornal, quando os proprietários das escravizadas procuravam destacar suas qualificações, sobretudo nos serviços de lavar, gomar, coser e cozinhar e, também, habilidades na venda de tabuleiro. Sobre escravizados de ganhos e trabalhadores de rua, as pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, pelo historiador Luiz Carlos Soares (1988), nos informam que:

A escravidão de ganho era bastante diversificada. As modalidades do ganho de rua eram mais evidentes e chamavam imediatamente à atenção dos

visitantes estrangeiros mais preocupados em registrar os diversos aspectos da vida da cidade, isso porque uma multidão de cativos tomava as ruas da cidade, vendendo os seus produtos e transportando pesados fardos. [...] até mesmo a prostituição e a mendicância constituíram-se em modalidade de exploração dos ganhos dos cativos, fornecendo aos seus senhores considerais rendimentos.

Essas mulheres aparecem no jornal *Publicador Maranhense* como produto de venda e aluguel como veremos a seguir:

João Joze da Cruz na Rua do Alecrim nº 11 tem para vender duas escravinhas ainda moças e propria para o serviço de caça. *Jornal Publicador Maranhense, quarta-feira, 10 de agosto de 1842, edição nº 10.*

Deseja-se comprar uma escrava de idade pouco mais ou menos 14 a 18 anos paropria para o serviço da caça, ou para qualquer outra couza que lhe queira ensinar; quem tiver e queira vender dirija-se nesta tipografia. *Jornal Publicador Maranhense, quarta-feira, 18 de outubro de 1842, edição nº 28.*

Joaquim de Souza Ramos, estabelecido na Rua Direita, com a da de Estrella, bem defronte do Ilm. Snr. João Gualberto da Costa, tem para vender um escravo crioulo próprio para todo o serviço, bem assim duas escravas molatas, uma das quaes lava engoma, coze e cozinha o diário de uma caça. *Jornal Publicador Maranhense, quinta-feira, 05 de janeiro de 1843, edição nº 47.*

Nos anúncios que tratam de compra e venda, nota-se a exaltação das qualidades laborais das mulheres. Elas são excelentes, espertas, bonita figura. Esses adjetivos são verificados em todos os anúncios, tanto dos homens quanto das mulheres. Dos adjetivos, encontraremos também a fidelidade, os bons costumes. Ter bons costumes era extremamente uma vez que estas mulheres escravizadas iriam adentrar o seio familiar daqueles que as contratassem na forma de aluguel ou as compravam.

Com Soares (1994) e a leitura dos diversos anúncios publicados no jornal *Publicador Maranhense*, compreendemos que as atividades domésticas destinavam-se a execução de tarefas economicamente não produtivas e que comportavam uma certa especialização, responsável pela fixação de limites de status entre homens ou mulheres escravizadas de uma mesma casa. “*O trabalho da casa incluía, dessa forma, o realizado pelas cozinheiras, costureiras, arrumadeiras, lavadeiras, amas-de-leite e mucamas*”. Assim: “*Luís Carlos Pereira de Castro tem para vender uma escrava com 18 annos de idade princípio de costureira e lavagem, muito esperta, de bonita figura, sadia e excelente para o serviço de caça. Quem quizer dirija-se ao anunciante*”. *Jornal Publicador Maranhense, sábado, 29 de outubro de 1842, edição nº 30.*

O serviço da casa compreendia, o saber fazer tudo: lavar, engomar, cozinhar, arrumar, costurar... pelo que revelam os anúncios, não havia, necessariamente, negras especializadas em cada uma dessas ocupações.

Uma trabalhadora da casa podia se ocupar de duas, três ou mais tarefas, a depender das necessidades do senhor e sua família.

O jornal publicador Maranhense anunciava o que as pessoas que queriam vender, comprar ou alugar. No tocante as mulheres negras, em muitos desses anúncios vamos encontrar assim: “procura-se uma negra que saiba “o serviço ordinário de uma casa”, portanto que fizessem o trabalho de limpar, lavar, arrumar, engomar e cozinhar. No caso das cozinheiras, era comum que se exigisse apenas que soubessem cozinhar "o diário de uma casa", mas como veremos mais adiante, o caso da Catharina Mina, havia também as especialistas nessa área. A fidelidade também se destaca como fator importante, sobretudo para com as trabalhadoras da rua, das vendas de rua. Nesse sentido, compreendemos que a ocorrência de fugas das mulheres escravizadas enquanto trabalhavam de aluguel ou como negras de ganho, portanto, era sempre uma possibilidade a ser prevista pelo seu proprietário.

Jacinto (2008), em estudo sobre as relações de intimidade de sujeitos escravizados na capital de São Luís na segunda metade do século XIX destaca, que o ambiente da rua promovia certa autonomia dos sujeitos escravizados. Conforme Pereira (2001), muitos escravizados moravam fora das casas dos seus donos, o que favorecia o desenvolvimento de uma rede de solidariedade, conforme apontado noutros pontos deste texto, possibilitando os escravizados, brechas na estrutura escravista.

Jacinto ainda conclui que a atividade laboral como negras do tabuleiro era realizada com sucesso pelas mulheres escravizadas e pobres livres. Esse trabalho de rua lhes possibilitava que as negociações ficassem nas mãos das vendedoras, e com isso, em muitos casos era possível a elas guardar algum dinheiro a fim de pagar pela sua alforria e dos seus entes queridos. Nesses anúncios também encontramos os ofícios femininos, como as amas de leite. Nos anúncios a seguir, elas precisam ser boas e sem filhos. O que é ser boa nesses casos? Ter bastante lei, ou ser submissa? Cremos que as duas coisas.

Huma boa ama de leite sem filho se aluga na Rua Grande nº 61. *Jornal Publicador Maranhense, segunda-feira, 26 de setembro de 1842, edição nº 22.*

Aluga-se uma ama de leite sem filho. Quem precisar procure nesta tipografia. *Jornal Publicador Maranhense, quarta-feira, 05 de outubro de 1842, edição nº 24.*

Quando estávamos esses anúncios aliados a questão do trabalho, ofício, serviço. Encontramos, Martins (2012), com a qual corroboramos nas suas assertivas, quando na sua pesquisa de mestrado ela estuda esse tema. Martins assim como nós, compreendeu a ama negra enquanto uma trabalhadora que desenvolve um ofício. “[...] como uma das funções possíveis para a mulher escravizada ou livre no mercado de trabalho”. Portanto, nos anúncios de jornais, essas mulheres aparecem como uma trabalhadora qualquer. A

diferença é que essa função não pode ser desempenhada pelos homens. Ademais, essas mulheres, essas mulheres quando contratadas como amas, nem sempre somente servia aquela função conforme Soares (1994) atesta em sua pesquisa. Porém, não encontramos no jornal pesquisado evidências que pudesse confirmar a afirmação a seguir:

[...] Nem todas as escravas eram consideradas aptas para esta tarefa. Haviam critérios de escolha. Empregavam-se escravas de acordo com a origem, a cor, a idade e estado de saúde (4). Estes aspectos somados deveriam definir uma escrava de "bonita figura", expressão amplamente mencionada em anúncios da época.

Em todos os anúncios, os filhos das escravizadas são chamados de "cria", a qual era afastada da mãe logo após o nascimento. Esse é um dado que reafirma ainda mais a constatação da violência com que eram tratadas essas mulheres. Vejamos o caso a seguir:

Na Rua do Giz n. 12, Manoel Antônio dos Santos Leal, tem para vender huma escrava preta de bôa figura, com leite, sem cria, que entende de costura, gomar, lavar e mais serviço domestico. *Jornal Publicador Maranhense, sábado, 17 de dezembro de 1842, edição nº 43.*

Procuramos relativizar algumas linhas de pesquisa que apontam para as amas de leite ora como posição privilegiada diante do restante das trabalhadoras escravizadas domésticas, ora em destaque por sua situação de máxima exploração e violência ao terem negada a sua "condição de maternidade" (MOTT, 1988).

Mott (1989) e Martins (2012) ainda nos lembram que a pretensa proximidade que essas trabalhadoras tinham do núcleo familiar poderia sugerir o usufruto de certo conforto, por estarem amamentando o filho do senhor. Com isso essas mulheres nas suas funções ganham contornos políticos com colorações ideológicas das mais variadas. Compreendemos então que, se, por um lado, elas poderiam desfrutar de um tratamento diferencia do ou até melhor em relação aos outros escravizados da casa, por outro, sofriam ainda mais, com a maior vigilância, ou mesmo por ficarem presas, devido à necessidade dos seus serviços, "*tornando-se, algumas vezes, insubstituíveis para seus senhores*" (MOTT, 1989).

Nesse contexto, buscamos compreender as amas de leite negras como mulheres pertencentes e viventes em uma época e com isso verificamos a partir da pesquisa de Mendes (2013) que trata da mulher maranhense na primeira metade do século XIX e Abranches (2004) em assertivas que apontam para o imaginário social da época:

Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares. O casamento era apresentado como o ideal da mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude, o alvo de sua existência.

Amparados na ideia da natureza frágil e débil da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai, irmão ou marido, que deveria garantir-lhe a proteção, o sustento e, também, a honra (ABRANTES, 2004, p. 143-144)

Certamente, nossas leituras nos anúncios, do jornal Publicador Maranhense, não encontraram a mulher acima descrita. Pois, falar da história das mulheres negras do Jornal Publicar Maranhense, é falar das especificidades desta mulher em relação a branca não negra e não escravizada. Esse exercício é sem dúvida o que se tem buscado fazer cada vez mais inspiradas pelos estudiosos da recente historiografia social da escravidão, entre eles podemos destacar: Mattoso (1982), Silva Dias (1984), Giacomini (1988), Rocha (2001 e 2007), Schwartz (2001), Gomes (2003), entre outros. É falar da mulher escravizada do século XIX, e a extrema opressão a qual estava imersa a população negra; é penetrar no universo de quem viveu a experiência de ter tido sua condição de gênero, raça e identidade invisibilizada; ter sido submetida à expressiva violência. Conquanto, esses estudos também destacam suas ações de resistência ao escravismo criminoso, como as fugas, os abortamentos, as redes de solidariedade entre outras formas.

Desse modo, no jornal pesquisado, ao analisarmos dezenas de anúncios entre fugas, compra, venda e aluguel de mulheres negras escravizadas, quer seja na sessão referente a Secretaria de Polícia, que passa a ser publicada no jornal Publicador Maranhense a partir da edição de nº 70, em 1843, ou mesmo nas sessões comerciais e de denúncias de escravizados fugidos, o certo é que os africanos e seus descendentes que aparecem naquele jornal, compõem a população da Província do Maranhão, tornando-a, uma cidade negra no extremo norte do Brasil oitocentista.

Referências

- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). IN: **Revista Brasileira de História**. Vol 26, n. 52. São Paulo, 2006. p. 79-114.
- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808). In: 1822: “**Dimensões**”. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MATTOS, Hebe Maria, **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998

MOREIRA, Carlos Eduardo (et. al). **Cidades Negras**: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista -Século XIX. Editora Alameda, coleção Presente Passado. 2. ed: São Paulo, 2006.

MOTT, Luiz. “O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**.n.29 (1987), p.133-147.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**. A mulher na luta contra a Escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco individual. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem Tudo é Italiano: São Paulo e Pobreza 1890 – 1915. **Annablume/Fapesp**, 2.Ed. São Paulo, 2003.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

Fontes imprensa

Jornal Publicador Maranhense São Luis do Maranhão: Diversos artigos, vários números, 1842 a 1850.

TRAJETÓRIAS ITINERANTES E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES DE TRABALHADORES AMBULANTES NORDESTINOS EM CASCAVEL-PR

Emeson Tavares da Silva¹

Introdução

Deslocar-se de um estado para outro do mesmo país, deixando suas raízes espaciais para trás, podem definir o migrante, um sujeito que resolve aventurar-se em um novo lugar, na sedução do estranho e por diversas motivações – econômicas, políticas, sociais ou culturais. Em muitos casos, a migração pode ser pensada como uma estratégia de sobrevivência e o sujeito é um viajante que leva consigo todo seu arcabouço cultural do qual não consegue se despende e que se transforma em saudade, lembrando-o de onde vem.

No novo território, o migrante não é mais quem ele era, pois passou por mudanças após migrar e agora é o estrangeiro e de outras formas, positivas ou pejorativas, que servem para delimitar as diferenças, pois, se a migração aparece como estratégia de sobrevivência para o migrante, para os nativos este deslocamento humano pode parecer uma ameaça de invasão e dominação.

Assim, as disputas entre os grupos ganham forma e os nativos passam a elaborar discursos e criar lugares específicos para os migrantes que chegam às seus espaços. Dessa forma, o migrante, além de estar longe de suas referências culturais, terá também que negociar com os locais para ser aceito.

Desta feita tenho como objetivo deste texto evidenciar as experiências vividas pelos trabalhadores nordestinos que realizam o comércio ambulante na cidade de Cascavel. Essa investigação será feita com base nos relatos dos sujeitos sociais que foram escolhidos para fazer parte da pesquisa. Pretendo, por meio das memórias, trajetórias e viveres desses sujeitos, refletir como, ao narrarem suas trajetórias, atribuem significado ao presente e ao passado aqui figurado no ato de

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR). E-mail etavares@unicentro.br.

migrar. Pretendo também refletir como eles re-elaboram suas experiências de contar/narrar os viveres na cidade de Cascavel.

O Espaço da Rua e do Trabalho

Era 11 de maio de 2013, véspera do dia das mães daquele ano, O Portal de Notícias Online Central Gazeta de Notícias, uma versão online do Jornal Gazeta do Paraná traz a seguinte matéria: “Nova lei dos ambulantes deverá receber emendas - Projeto quer banir ambulantes ‘paraquedistas’ e enquadrar ambulantes nativos.” O “CGN” perceberá o trabalhador ambulante enquanto sujeito da cidade:

Eles fazem parte da vida da cidade. Labutam de sol a sol. Não tem tempo ruim. Com chuva ou no frio eles vão assim, ganhando a vida no grito: “Patrão pode chegar que tá barato!” Outros entoam um “pode olhar comadre que não paga nada!” Ou ainda, “o produto é de qualidade e garantido. Se não gostar leva, o dinheiro de volta!”

Entre um bordão e outro, eles vão levando a vida. Sustentam suas famílias, ganhando seu dinheirinho nas ruas de Cascavel. E o ponto onde tudo isto mais acontece é o Centro da metrópole, o Calçadão, que atrai milhares de pessoas de cidades vizinhas, mas também atrai dezenas de vendedores ambulantes, ávidos em engordar a receita, com uma venda extra nos dia das mães.

A matéria parece me impulsionar a leitura de quê o espaço público é local de determinados comportamentos, de culturas, e que deve assegurar as normas que garantam os direitos e deveres individuais relacionados com o conjunto da sociedade, mas também é um lugar de contradições e de problematização da vida social. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogos; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. Todas as cidades dispõem de lugares públicos que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade (GOMES, 2002).

O “Calçadão de Cascavel” tendo como o centro da metrópole não se refere apenas a um arranjo físico espacial de apropriação coletiva, com características próprias decorrentes de sua situação jurídica, urbanística e técnica: é também um espaço social que possibilita determinadas práticas sociais, econômicas e políticas, em que ocorrem processos mais abrangentes em virtude de

particularidades e singularidades existentes na cidade. A rua, desta feita, não é simplesmente um lugar de passagem e circulação, é também o lugar do encontro, do movimento, da mistura como um teatro espontâneo como bem coloca o vendedor Antônio Alves:

A rua, aqui no calçadão é onde tudo acontece. Tem mais gente, tem sombra, tem lugar pra sentar quando a gente ta cansado, tem essas lanchonete onde a gente come e mermo quando a gente ta sentado ta vendendo. Agora mermo ó é onde estão esses professores da greve...aqui a gente encontra todo mundo, quem eu quero eu vejo aqui...as escolas trazem as crianças pra cá, tem essa escola ai perto. Tem muita gente, tem essas loja que todo mundo vem pra cá e qualquer hora. Às vezes também tem a fiscalização...

Antônio Alves da Silva, conhecido como Toim de Zé, mora em Cascavel a menos de 1 ano, ele que tem 24 anos é oriundo da cidade de São Bento na Paraíba, ele concedeu essa entrevista sentado em um dos bancos do “Calçadão”, no centro de Cascavel, para ele, portanto, o centro de Cascavel funciona como um espaço de comercio devido, sobretudo ao grande fluxo de pessoas que por ali trafegam diariamente.

Para Rogerio Proença Leite (2004), a política dos usos cotidianos e públicos, que demarcam diferenças e criam transgressões na paisagem urbana ao subverter usos esperados, constitui lugares que configuram e qualificam os espaços urbanos como públicos, na medida em que os tornam locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de pertencer, enfim, de viver e trabalhar. Nesse caso, para o autor uma noção de espaço público requer, para qualificar como público, determinados espaços urbanos da vida contemporânea. Através do reconhecimento de que certas manifestações públicas não se estruturam em qualquer rua, mas apenas em certos espaços, os quais têm sentidos para os atores envolvidos. Assim, a partir dessa teorização fica evidente do uso que Antonio Alves da Silva tem feito desse espaço através de situações e relações que se intensificam, marcando o desenvolvimento da cidade. Pois, não é mais possível "olhar" o centro de Cascavel sem "enxergar" o trabalhador ambulante nesse espaço como bem noticiou a matéria citada pelo CGN.

O espaço da moradia e do lazer

Em entrevista com Alexandre de Assis Sobrinho que o encontrei empurrando uma carroça com suas mercadorias em pleno domingo pelo bairro Alto Alegre em Cascavel-PR quando perguntado se ele trabalhava até o domingo.

Nada. Eita aí é demais, né? Dia de domingo pelo menos a gente pará. Fui pegar essas coisas ali na casa de um parceiro e tô levando pra casa. Ontem trabalhei até tarde e fiquei lá na casa dos meninos(...)

O domingo para esse trabalhador parece ser o dia do lazer, o dia de socializar com os demais conterrâneos, mas não desenvolvendo atividades laborais e sim de diversão.

Dia de domingo a gente se diverte, né. É dia da gente se reunir, tomar uma e jogar carta. É dia da gente ta junto. É o melhor dia da semana. É dia da gente namorar, é dia da gente conhecer os outros vizinhos. É dia pra tudo. Agora mermo vou deixar essas coisas em casa e vou jogar com os menino.

O cotidiano desses trabalhadores moradores do bairro do Alto Alegre, sobretudo de algum modo se apresenta bastante pitoresco. Como Prost (1992) observou, são sorrisos, saudações, cumprimentos que fazem dos bairros verdadeiros palcos de reconhecimento, de ser conhecido e reconhecido, apreciado e estimado.

É na sociabilidade construída cotidianamente que os diversos atores sociais vivem e convivem com seus iguais, participando de várias atividades em conjunto; principalmente quando estas atividades estão voltadas para o lazer.

Decidi caminhar e acompanhar Antônio até sua casa. Ele mora em uma espécie de condomínio de quitinetes. Das oito quitinetes no local, sete são ocupados pelos trabalhadores nordestinos.

Antônio me convida a entrar na sua casa, deixa suas mercadorias e já conversa com o dos colegas que encontrou no quintal. A conversa trata-se de um jogo de cartas que costumeiramente eles realizam. Mas antes desse jogo converso com Antônio. Pergunto para ele há quanto tempo ele está em Cascavel e desde quando mora ali.

Rapaz, eu tô por aqui já tem quase 3 anos e desde que vim moro aqui. Aqui é o local onde a gente se abriga. Onde todo mundo se conhece e todo mundo se ajuda. É mais fácil quando estamos juntos no mermo canto. Aqui mora eu,

ali mora Nequim, ali mora Pedim. A gente tudo moramo aqui. Qualquer problema a gente resolve por aqui mermo. (...)

A sentença do “todo mundo se ajuda” parece definidora dos laços de sociabilidades que ocorre em um bairro e ou neste caso no próprio condomínio que esses trabalhadores moram.

Laços de sociabilidades que constroem na subjetividade a identidade de classe desses nordestinos. A identidade segundo Claude Dubar (2005) compreendida mediante o conceito de habitus que se trata de um produto de uma história capaz de definir a trajetória social dos trabalhadores.

A definição de habitus compreende-se por disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização; integra experiências passadas, atua como uma matriz de percepções, de apreciações, de ações. Habitus é um operador, uma matriz de percepção e não de identidade ou uma subjetividade fixa.

Disposições que podem ser evidenciadas pelo simples ato de um jogo de cartas entre esses trabalhadores. Emanuel me relata que se juntarem para jogar cartas no dia de domingo já quase uma obrigação.

Todo domingo que chove ou faça sol a gente se junta pra jogar truco. É a nossa diversão. Só a gente mermo daqui, sabe. A gente se junta ou cinco ou seis e fica aqui jogando. A hora vai passando(...) A gente toma uma cervejinha e depois assiste o jogo na televisão(...) Mas o truco é um habito da gente mermo. Passamo o dia todo jogando. Até anoitecer.

A construção das identidades profissionais e sociais dos trabalhadores aqui analisados pode ser pensada através das relações no ambiente de trabalho, domínio familiar, crenças e experiências primárias, disposições ligadas à trajetória social destes trabalhadores.

Algumas Considerações

Os sujeitos com os quais dialoguei deixaram a região de origem em busca de alguns sonhos/ e ou objetivos, cada um carregava consigo as suas próprias expectativas. Pude perceber ao longo da pesquisa que, com exceção de Maluco, eles viviam a cidade de Cascavel de forma temporária, as moradias, como bem destaquei, apontam para isso. Essa direção está relacionada às expectativas e a forma de trabalho desses homens. Embora o Nordeste e a cidade de São Bento, na Paraíba, em

particular seja o espaço “do lá” para aqueles que estavam em Cascavel, este lá não se apaga nas memórias dos trabalhadores. Pelo contrário a impressão que tive é que eles nem vivem no sentido literal da palavra a cidade, por isso usei a expressão outsider para ainda reafirmar esse caráter de “estranho” na cidade. A relação que mantém com a cidade natal fica evidente pela manutenção dos costumes e pela própria vivência no grupo de conterrâneos.

Pude perceber na análise das entrevistas que as opiniões quanto ao motivo do deslocamento do Nordeste são divergentes, isso possibilitou-me trabalhar com as diferenças em meio a um mundo que muitos apresentam como homogêneo ou como na historiografia tradicional, sobretudo dos escritos da década de 1980 colocava os nordestinos migrantes na condição de retirante fugindo da fome e da sede.

Neste sentido, o migrar ou o deslocar para esses sujeitos significa a determinação pelo trabalho e a luta por outras condições de vida em relação a que tinham no Nordeste ou talvez isso faça parte da tradição de alguns trabalhadores como Pedim narrou que “se danar no mundo estaria no sangue”. Este trabalho de ambulante como pude perceber muitas vezes traduzia-se em ter uma renda para ajudar na casa dos pais, para comprar um bem material, como uma moto ou um carro, por exemplo. Sustentar a família que ficou na Paraíba, bancar os estudos dos filhos etc.

Quanto ainda ao foco do texto ter sido Cascavel-PR, embora não tenha sido feito aqui um trabalho sobre a cidade, muitas das questões levantadas por estes trabalhadores, fizeram-me indagar: que cidade era esta que ao mesmo tempo em que anunciava a “capital do trabalho”, celeiro do migrante e que mesmo assim esses homens de foram sofrerem um certo rechaço na cidade ora pela lei dos ambulantes que parece não os reconhecerem na cidade ora pela própria população nativa que quase os hostilizam no bairro.

Percebi que a presença desses trabalhadores em Cascavel é constituída pelas relações sociais conflituosas. Nesse sentido, embora tenha o bairro do Alto Alegre como local de moradia, não pude delimitar um lugar de nordestinos na cidade, os lugares são múltiplos espaços, por isso o uso da categoria espaços de sociabilidades, presentes nas formas de morar, trabalhar e se viver onde se estabelecem relações de sociabilidade constituídas no bairro, na rua

, no terminal de passageiros, nos ônibus nos deslocamentos para outras cidades e no retorno à cidade natal.

Fontes utilizadas

Entrevistas:

Alexandre de Assis Sobrinho. A gravação foi realizada 09 de Maio de 2014, na cidade de Cascavel-PR.

Antônio Alves da Silva. Toim. A gravação foi realizada em 24 de Setembro de 2013, na cidade de Cascavel-PR.

Fontes Jornalísticas:

Nova lei dos ambulantes deverá receber emendas - Projeto quer banir ambulantes 'paraquedistas' e enquadrar ambulantes nativos. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/52309/nova-lei-dos-ambulantes-devera-receber-emendas>> Acesso em 14 de abril de 2014

Referências

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**. Ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LEITE, R. P. **Contra-uso da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. **História da vida privada**: da primeira guerra aos nossos dias. Vol V. São Paulo, Cia das Letras. 1992.

SILVA. Emeson Tavares. **Trabalho, Migração e Comércio Ambulante no Oeste Paranaense**: A Experiência dos Redeiros em Cascavel-PR. Tese (doutorado) –Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2017

MEMÓRIAS DE PRETOS E HISTÓRIAS NÃO CONTADAS: conflitos e experiências no ensino de história nas escolas de Itapagipe / MG

Maria Rita de Jesus Barbosa¹

“NOSSA HISTÓRIA”: uma história única

O presente artigo é parte das minhas inquietações como docente da rede pública bem como moradora de uma cidade que vivencia no seu cotidiano um negaconismo em relação a participação da população preta na formação social, econômica, política e religiosa da cidade de Itapagipe/MG. Essas indagações me conduziram a pesquisa de doutorado na PUC/SP.

A história oficial² de algumas cidades do interior de Minas Gerais foram construídas por meio de narrativas das camadas dirigentes dessas localidades, que escreveram e continuam contando à história oficial, ou seja, a história dessas elites, evidenciando o poder político e econômico daqueles que estão sendo imortalizados pela história da cidade. Nesse ponto é importante explorar um pouco a dinâmica da região, a cidade de Itapagipe localizada no Triângulo Mineiro³, teve sua história produzida a partir das narrativas das camadas dirigentes. O Triângulo Mineiro, delimitado previamente como mesorregião, tem sua

¹ Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica PUC/SP. Mestre em Historia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora de carreira da SEE / MG e da SME de Itapagipe / MG. <https://orcid.org/0000-0002-2707-4013>. mariaritabarbosa@outlook.com

² A História Oficial, segundo Richard L. Kagan, 2009, é uma historiografia produzida visando o interesse tanto dos governantes quanto de grupo privilegiados das elites, ela também pode ser descrita como forma de contestar uma narrativa previamente formada.

³ A região teria sido povoada no século XVIII, possivelmente pelos bandeirantes paulistas, esse era um trecho importante que fazia ligação entre as províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, durante o século XIX a região passou a ser conhecida como Sertão da Farinha Podre, passando por um intenso processo de desenvolvimento econômico e crescimento populacional. Ver Júlio César de Souza, Sociedade e Escravidão no Século XIX: crianças escravas em Uberaba-1871-1888, dissertação de mestrado. Uberlândia, UFU, 2013.

identificação geográfica facilitada por ser banhado ao norte pelo Rio Paranaíba, que serve de fronteira com os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

A formação da população da cidade de Itapagipe apresenta-se em uma perspectiva do hibridismo das raças⁴, com o predomínio do branco sobre os demais grupos, negro e índios. A fonte de pesquisa utilizada para os estudos sobre a formação do município é o livro escrito por Jurani Gonçalves Lima, *Nossa História*. esse material é a fonte escrita que se tem conhecimento e circula nos locais públicos, inclusive nas escolas de Itapagipe e do município.

Em uma parte do livro *Nossa História*, a autora descreve sobre a formação social dos grupos humanos na formação da cidade. “Muitos anos depois, sabe-se que o Sr. Juvenal Carneiro Leão possuía alguns escravos africanos, dos quais supõem ter originado a porcentagem da raça negra presente nos dias de hoje.” (LIMA, 1991 ou 1992, p. 27).

Em outros trechos de livro que dispõe sobre a formação social do município e da cidade a autora destaca a religião católica como elo integrador desses homens brancos na constituição social. “A primeira liderança de formação religiosa de nosso povo tratou-se de padres brancos que, digo brancos de raças estrangeiras diversas, que muito contribuíram na nossa cultura”⁵. Outro elemento nesse contexto de formação social, cultura e religiosa do município de Itapagipe tendo sido representada a história desse homem branco como responsável pela formação da cidade, existe uma relação da religiosidade do branco ocidental bastante forte, o que não é incomum a outras cidades vizinhas a Itapagipe, pois seus nomes fundadores estão todos relacionados os Santos do catolicismo com uma explicação sempre na justificativa que tal vilarejo havia sido fundado no dia que se comemorava aquele santo, no caso de Itapagipe até a segunda década do século XX, seu nome era arraial de Santo Antônio, hoje sendo o padroeiro da cidade.

⁴ Híbrida, de acordo com Freyre, significava que o Brasil, entre todas as sociedades da América, seria a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado, no máximo da contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (FREIRE, 2004).

⁵ Idem.

De que são feitas as escolhas dos historiadores?

O distanciamento de alguns temas pelos historiadores, não ocorrem sempre de forma deliberada, é claro que não se podem considerar essas escolhas como de caráter aleatório, mas o acesso as fontes, documentos, imagens, entre outros, podem gerar o privilegiamento de alguns temas, o que acaba excluindo outros. Segundo René Rémond o historiador é sempre de um tempo e esse tempo acaba interferindo nas escolhas dos temas historiográficos a serem pesquisados.

“[...] o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. ” (RÉMOND, 2003, p. 13).

As escolhas do historiador sobre os seus temas de pesquisas podem ter uma relação com a sociedade do período, com suas experiências subjetivas e acadêmicas, mas quando começamos a observar a partir do distanciamento temporal entre essas produções e as apropriações desiguais que são feitas ao longo do tempo entre determinados temas, principiamos a compreender que determinados objetos, eventos e sujeitos são mais privilegiados nas escolhas dos pesquisadores, em detrimento de outros.

A história oficial constitui-se a partir de fontes escritas, consideradas como documentos oficiais, para Antoine Prost (2014), algumas perguntas devem ser feitas em relação aos documentos. De onde vem o documento? Quem é o autor? Como foi transmitido e conservado? Essas são perguntas que devem ser feitas, frequentemente, quando estamos diante de documentos oficiais, pois não temos total conhecimento de como esses documentos foram criados.

As narrativas pautadas em documentação escrita inclinaram-se a afirmar como uma história “verdadeira” a história geral e, portanto, universal. Como se valesse de igual medida para todos os grupos sociais, presumindo ser capaz de explica-los. Na historiografia existe um conceito para definir essa prática: eurocentrismo. Quando olhamos a nosso redor, nos nossos bairros, associações, para as pessoas com quem convivemos, não

enxergamos história neles e tampouco em nós mesmos. E muitas vezes, por isso, nos desvalorizamos. Por raramente vermos *gente como a gente* como objetos das histórias que estudamos, também não aprendemos a nos vermos a nós próprios como objetos de história no próprio presente.

Os avanços na investigação historiográfica atentaram para o fato de que uma história somente institucional, biográfica, masculina, política e elitista não dava conta dos desafios que se punham às pesquisas, aos objetos que se estudava. E as mudanças pelas quais passamos nas últimas décadas resultaram em novas pessoas e grupos reivindicando direitos, reafirmando, ou reconstruindo suas identidades, portanto, querendo tornarem-se visíveis. Além de pôr esses desafios aos historiadores, isso também significou esses novos personagens como produtores de conhecimento: ou seja, o reconhecimento de si como sujeito e, não menos importante, a inserção dessas pessoas também como produtoras de história, não mais somente como objetos.

Dessa forma a história, como objeto e como produção de conhecimento, vem se descentralizando, pois passou a estudar diferentes lugares/sujeitos e a serem produzidas por grupos mais diversificados de pessoas, essas são considerações importantes da pesquisa em história local, que não deve ser feita nos mesmos moldes de uma história nacional, ou seja, uma lista de prefeitos/governadores, de pessoas tidas como importantes, muitas vezes pela sua condição social privilegiada.

Ao iniciar uma pesquisa que perscrute as memórias apagadas e histórias não contadas na cidade de Itapagipe/MG, proponho uma reflexão sobre qual a história se quer contar, quais as memórias se quer preservar, quem tem direito a ter sua história contada e ensinada e repassada às futuras gerações?

O ensino de história como espaço para reflexão ou mera reprodução?

A obra de Michel-Rolph Trouillot, “Silenciando o Passado”⁶ é uma inflexão para pensarmos o predomínio de determinados

⁶ MICHEL-ROLPH, Trouillot. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.

eventos e o apagamento de outros na escrita historiográfica. Silenciando o Passado (TROUILLOT, 2016, p. 17), nos faz refletir sobre os silenciamentos, o poder e a história.

Trouillot afirma em sua obra que a produção de narrativas históricas envolve a desigual contribuição de poder dos grupos e pessoas concorrentes e que tem um acesso desigual aos meios de produção, deixando evidente que determinadas narrativas acabam sendo divulgadas e aceitas ao detrimento de outras. Trouillot continua seus argumentos sobre essa desigualdade que o poder reafirma através das narrativas historiográficas, mesmo esse poder não sendo tão visíveis como as armas de fogo, não é menos devastador.

Uma das correntes historiográficas citadas na obra de Trouillot é o positivismo⁷, para o positivismo o papel do historiador é revelar o passado, conforme os fatos ocorrerem. Logo, como aponta Trouillot, nessa perspectiva o poder não representa nenhum problema, é irrelevante para a construção da narrativa em si. No melhor dos casos, a história é uma estória sobre o poder, uma estória sobre os vencedores. A história continua carregada com história sobre o poder, uma estória dos vencedores.

A pesquisa de doutorado (2020-2024), que desenvolvo tem como proposta analisar a história local escrita sobre a cidade de Itapagipe/MG, os personagens constitutivos dessa história, e como essa história escrita e ensinada reverbera no cotidiano escolar, a influência dessa história dos vencedores para alunos das classes populares.

Trouillot faz uma crítica ao sistema escolar e ao modelo de currículo utilizado em nossas escolas “Esse sistema escolar pode não ser capaz de dar a última palavra sobre qualquer assunto, mas sua eficiência limitada tem dois gumes. ” (TROUILLOT, 2016, p. 49). Esta reflexão me conduziu a minha atual pesquisa no doutorado, uma investigação dessa eficiência do sistema escolar de reproduz e

⁷A origem do "Positivismo" é atribuída ao francês Augusto Comte (1798-1857), segundo um dos princípios basilares positivistas é o conceito de que o saber humano pode ser sistematizado conforme princípios adotados como critérios de verdade para as ciências. Posteriormente, conforme apontaram os críticos dessa corrente historiográfica a mesma caminhava de par com sua insistência nos “grandes nomes” das ciências. Em decorrência, a sua será uma história “heroica”, próxima da história de nomes e datas, traço ainda dominante na concepção de muita história que se escreve, centrada em “grandes vultos e suas façanhas”.

manter vivas certas narrativas. A eficiência do sistema escolar advém de currículos que se reproduzem a séculos.

Como professora de História na Educação Básica, na rede estadual de Minas Gerais e na rede municipal de Itapagipe, preciso lidar simultaneamente, com as exigências do currículo que integram a obrigatoriedade do ensino de História Local e as fontes disponíveis. O desconforto em relação ao ensino da história local é o lugar ocupado pela população negra, na História “oficial” de Itapagipe. As referências à participação das populações negras na constituição da cidade estão relacionadas ao passado de escravizados e ex-escravos.

Em maio de 2016, quando fui arguida pela escola sobre a necessidade de trabalhar o 13 de maio, senti um misto de raiva e incomodo, decidi montar um projeto que iria começar a partir do mês de maio e encerrar em novembro. Naquele momento estava cursando o mestrado na Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Para o cumprimento da legislação nº 10.639/03 as escolas exigem projetos, que são muito pontuais para as comemorações do 20 de novembro, mas em 2016 desenvolvi um projeto com cinco turmas de 9º ano que iniciou no mês de agosto e concluindo-se em dezembro.

O Projeto intitulado Biografias Negras, propôs aos alunos, das turmas de 9º ano, montar biografias de pessoas negras que desenvolvessem trabalhos e atividades importantes para a comunidade, mas importante não em um sentido de ocupar uma posição social de destaque, ou ser possuidora de riqueza, importante no sentido de contribuir uma comunidade melhor. Não tardou para as dificuldades e críticas começarem a surgir, muitos colegas professores disseram que não existia pessoas negras importantes na cidade de Itapagipe, mesmo a cidade possuindo um número significativo de pessoas negras e pardas, de acordo com os dados do Censo IBGE/2010.

Os alunos também pareciam não conseguir reconhecer pessoas negras que poderiam ter suas histórias contadas e registradas, pois o projeto tinha como objetivo que cada grupo de aluno entrevistasse uma pessoa, para que ela contasse um pouco de sua história e essa história seria contada a partir de um texto em um banner, exposto na escola.

O desenvolvimento do Projeto Biografias Negras trouxe outras histórias, que não integra a História Oficial de Itapagipe, outras

narrativas e memórias, aparentemente, apagadas, e que, talvez, para um determinado grupo social, devessem continuar assim, esquecidas.

As entrevistas realizadas pelos alunos, e a partir dela os textos produzidos em forma de banners, viabilizaram aspectos relevantes em relação à presença negra, que foram apagados da narrativa sobre o desenvolvimento da cidade de Itapagipe. Dentre tantas informações colhidas pelos alunos percebemos as relações entre as memórias negras e constituição da cidade.

Ao mesmo tempo em que os alunos traziam essas histórias invisíveis, surgia à necessidade de ouvir essas narrativas, conhecer essas memórias, que mesmo obscurecidas por preconceitos e estereótipos construídos historicamente, resistem diante do pouco ou nenhum reconhecimento social, cultural. A presença negra fora, praticamente, apagada da narrativa oficial da cidade de Itapagipe, a não ser pela referência do passado de escravidão que os grupos que descendem a população negra atual.

Conclusão

Com a conclusão de minha pesquisa de mestrado⁸ outros questionamentos surgiram, principalmente, relacionando-se a presença física dos negros no cotidiano da cidade, mas a sua exclusão na história local escrita, no ensino de história local nas escolas públicas do município, contribuindo para exclusão de alguns grupos da formação histórica da cidade, as consequências para os alunos que não conseguem se reconhecer como integrante dessa história local.

Essas perguntas me conduziram ao doutorado, não com objetivo de meramente construir uma outra história para a cidade de Itapagipe, mas de considerar que as memórias da cidade estão no plural, mas a sua história é feita no singular. Déa Fenelon argumenta que a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação. “Que contribuição estamos fazendo em termos de traduzir em outras histórias aquelas memórias que foram obscurecidas, ou que nós estamos procurando trazer à tona?” (FENELON; CRUZ, PEIXOTO, 2004, p.12).

⁸ BARBOSA, Maria Rita de Jesus. As tramas do racismo à brasileira: o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares de Itapagipe/MG (2003-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia UFU, Uberlândia, 2017.

Ao propor uma investigação sobre a história local tendo como fontes memórias e a metodologia da história compreendo as dificuldades da pesquisa, mas o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, não importando o tema escolhido ou o tempo histórico (mesmo remoto) em que situamos a nossa investigação. E o papel do intelectual para sociedade é algo que acredito que devemos considerar na nossas básicas, a contribuições que trazemos ou escrevemos para os nossos pares?

Referências

FENELON, Déa; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha: *Muitas Memórias Outras Histórias: (Introdução)*. In: FENELON, Déa et all. (orgs.) **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

LIMA, Jurani Gonçalves. **Nossa História**. 1. ed. Belo Horizonte.bb [1991 ou 1992].

MICHEL-ROLPH, Trouillot. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. Tradução: Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, ALESSANDRO. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, p. 103-130.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13

ROLNIK, Raquel. Reestruturação Urbana da Metrópole Paulistana: Análise de Territórios em Transição. **Pesquisa FAPESP**. Edição 55. Jul. 2000. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2000/07/01/zona-leste-de-sao-paulo-enfrenta-o-novo-milenio/>. Acesso em: 12 maio de 2020.

“ESCRavidÃO BRANCA”? “TODO MUNDO QUE PLANTOU CACAU COMPROU BAIANO”

Cátia Franciele Sanfelice de Paula¹

Em Rondônia, os projetos de “colonização”, sistematizados pelo Incra, a partir de 1970, se revestiram de características próprias. Um deles, o Projeto Pad Burareiro, destinava-se, em algumas localidades, ao cultivo de cacau. Assim como na derrubada das matas, em muitas localidades, a mão de obra empregada era escrava. Na imprensa de circulação local, porém, chama atenção a terminologia utilizada para classificá-la – “escravidão branca”, enquanto que em outros registros, e a própria procedência dos trabalhadores demonstram que existia sim o emprego de trabalhadores negros. Por que essa classificação? Considerando que a prática do trabalho escravo está assentada na grilagem, no grande latifúndio, considero que se buscava negar a utilização de negros, embora se reconheça o emprego do trabalho análogo a escravidão². É sobre isso que trato nesse capítulo.

“Escravidão branca”? Trabalho escravo contemporâneo a partir da imprensa

No dia 26 de setembro de 1984, o Jornal O Guaporé, publicou uma denúncia do Deputado Ângelo Angelim sobre a prática do trabalho escravo contemporâneo por fazendeiros, com o seguinte texto:

(...) Ângelo Angelim denunciou da Tribuna da Câmara ter presenciado, em Ariquemes, a operação de “compra de seres humanos por fazendeiros, em três caminhões vindos do Ceara”. Disse o Deputado que o preço pago variava

¹ Docente do Curso de Ciências da Educação da UNIR, Campus de Ariquemes/RO; Doutora em História Social pela UFU; cfsanfelice@yahoo.com.br

² De acordo com Gomes, nas três últimas décadas do século XX, houve, internacionalmente, a disseminação de práticas de “trabalho forçado”, conforme terminologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo a autora, “Tal designação, consagrada por convenções que datam dos anos de 1920, em alguns casos concretos, como o do Brasil, foi substituída pelo “trabalho análogo” a de escravo” ou “trabalho contemporâneo” (GOMES, 2012, p. 168).

de CR\$50.000,00 a CR\$80.000,00 “por cabeça” conforme a robustez de cada homem, havendo ainda aqueles que eram refugados por debilidade física”. Conforme o Deputado “fazendeiros revistavam os homens vendidos por estas quantias, homens vendidos por valores inferiores aos dos animais de tração. Como se pode admitir que o Brasil em 1984 possa encarar uma cena tão triste com esta: Homens sendo vendidos como eram vendidos os escravos negros em 1670. Estes fazendeiros ainda vivem o mesmo espírito dos senhores de engenho da colonização brasileira. Comete-se maior infâmia possível contra a pessoa humana, traficar o ser humano³.

Os trabalhadores mencionados pelo Deputado provinham do Nordeste. Não conseguimos auferir se de fato o Deputado presenciou a comercialização dos trabalhadores, no entanto, para além dos dados citados por ele, como valor, critérios de seleção dos trabalhadores, a relação de inferiorização, comparada a comercialização de animais, chama atenção o fato de o Deputado traçar um comparativo dessa relação com a escravidão negra. Comparar os fazendeiros com senhores de engenho e apontar a relação comercial que menciona ter presenciado, como tráfico humano, nesse período, evidencia uma denúncia que até então, em Rondônia era realizada apenas pela Comissão Pastoral da Terra. A reportagem, porém, traz como título “Escravos Brancos em Ariquemes”, uma tentativa de fazer pensar que entre os trabalhadores não existiam trabalhadores negros. Classificar os trabalhadores como brancos é significativo do ponto de vista histórico e jurídico. Perante um passado escravista significa negar a existência da escravidão negra contemporânea, além de eximir de responsabilidade jurídica seus praticantes, já que se trata de um crime. Embora escravizar pessoas brancas também seja, há sobre as pessoas negras o peso histórico do racismo estrutural que pela denominação – “escravidão branca” se buscou evitar.

Desse modo, a denúncia do Deputado Angelim, na imprensa local, revestia-se em uma tentativa de negar e silenciar a escravização de negros vindos do Nordeste. Vale ressaltar que, tal prática foi noticiada no jornal O Guaporé, antes dos registros de aliciamento vindo do Mato Grosso do Sul pela Comissão Pastoral da Terra. Isso evidencia que o esquema de aliciamento, além de constante, possuía peculiaridades próprias. Aos trabalhadores vindos do Mato Grosso do Sul, a adjetivação de alienígenas buscava colocá-los em situação

³ Jornal O Guaporé 26/09/1984

de inferioridade, não pertencentes ao país. Aos trabalhadores do Nordeste negar sua cor. De qualquer modo, eram os impactos da escravidão que queriam ver diminuídos.

Na sequência da reportagem, o deputado informa as péssimas condições de vida e trabalho que as pessoas vindas do Nordeste estavam submetidas e como a possibilidade de conquista da terra em Rondônia era divulgada como forma de atraí-los. Além disso, ainda informa que as custas da viagem ficavam por conta dos fazendeiros e os trabalhadores se tornavam trabalhadores por dívida, e a mesma era sanada apenas com a finalização dos serviços. Testemunhas de trabalhadores fugitivos relatavam as péssimas condições de vida e de trabalho, como moradia, alimentação, como eram vigiados e desenvolviam trabalhos intensos. Cita, inclusive, o consumo de água ardente pelos trabalhadores, o sistema de premiação aos mais produtivos, e que o futuro desses trabalhadores era ou a aceitação, se tornarem dóceis, tamanha a exploração e humilhação ou descrentes da justiça social tornar-se-iam “rebeldes e marginais”.

Na imprensa de circulação nacional, mais especificamente no Jornal do Brasil, em 1985, a reportagem “Sonho de riqueza em Rondônia termina em trabalho escravo”, também denunciava a utilização da mão de obra escrava em fazendas isoladas em Ariquemes:

Atraído há um ano pela oferta de emprego em uma plantação de cacau no interior de Rondônia, Antonio Oliveira e Silva deixou-se levar, com onze peões apertados em um jipe, para uma fazenda isolada na floresta, no município de Ariquemes, a 192 quilômetros de Porto Velho, onde todos foram forçados a trabalhar como escravos. Só agora Antônio conseguiu escapar. A fuga foi uma corrida pela floresta, com mais 50 pessoas, famintas e vestidas de trapos, deixando para trás outros 200 trabalhadores mantidos na escravidão por jagunços armados. Ele recorda que “as casas na fazenda eram barracos, cobertos por lona. Só depois de quatro meses trabalhando descobrimos que eles não pegavam nada. Não se podia deixar de trabalhar, nem ficar parado”⁴.

O jornal não informa quem estaria aliciando os trabalhadores. No entanto, evidencia casos de trabalho forçado em lavouras de cacau, dívidas, más condições de alimentação, moradia e fuga. Diferente de outras reportagens e fontes, o Jornal do Brasil não classificou a escravidão como escravidão branca.

⁴ Reportagem Jornal do Brasil, 13/10/1985, Edição 00188

No entanto, é descrito que os maus tratos eram de conhecimento dos membros da Comissão Pastoral da Terra de Ji Paraná, que estariam gravando o depoimento de vários trabalhadores que fugiam. Membros da Comissão Pastoral da Terra estariam recebendo ameaças de morte por esta ação conforme denúncia do bispo da Diocese de Ji-Paraná, Dom Antônio Possamai:

Essas denúncias de escravidão são a dor de cabeça do Delegado Regional do Trabalho de Rondônia, Rubem Candido e Silva, que vem tentando, sem sucesso, encontrar as fazendas e punir os responsáveis. Embora nem todas as denúncias cheguem ao Ministério do Trabalho, elas revelam a existência de escravos em pelo menos sete dos 15 municípios de Rondônia, incluindo alguns dos mais importantes, como Ariquemes, Ji-Paraná e Jaru, e outros menores, como Presidente Médici e Coloradod'Oeste. A Delegada Regional do Trabalho não conseguiu, porém, comprovar a escravidão em nenhuma das fazendas para onde enviou seus fiscais⁵.

A reportagem corrobora com a versão presente em documentos⁶ confidenciais produzidos pelo Serviço Nacional de Inteligência da ditadura militar que descreveu a época, não ter comprovado a escravidão nas fazendas em que enviou fiscais e naquelas que não foram fiscalizadas. Isso evidencia duas fragilidades, o não envio de fiscais em todas as fazendas e o fato de nem todas as denúncias chegarem ao conhecimento do Ministério Público, sem, no entanto, mencionar o porquê isso ocorria.

A reportagem ainda informa que, para o bispo Antonio Possamai, os trabalhadores estariam vindo da Bahia, que chegavam e desapareciam, já que teria registro de que haviam passado pelo Centro de Triagem de Migrantes em Vilhena, na entrada do Estado, 72 mil migrantes em 1985, porém, os trabalhadores não eram identificados nas fazendas. Esse dado cabe ser problematizado uma vez que não havia nem uma forma de controle, fiscalização pelo Centro de Triagem que pudesse identificar quais trabalhadores estariam entrando no Estado como trabalhadores aliciados. Conforme descreve o jornal, para o bispo Antonio, assim como outros trabalhadores, todos eram abordados quando chegavam em

⁵ Reportagem Jornal do Brasil, 13/10/1985, Edição 00188

⁶ Serviço Nacional de Informações. Documento: "Escravidão branca Vale do Rio Mequens Rolim de Moura/RO". Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL. 84004821. Dossiê 5 páginas, p. 3.

Rondônia, e que, Ariquemes, por ser o terceiro município do Estado em extensão era um dos principais pontos de atração de migrantes.

Sem dúvida, estas questões são pertinentes, e somadas a outras informações presentes na reportagem contribui para problematizar como se davam essas relações:

No centro urbano, os religiosos católicos e luteranos tem notícia de mortes por malárias nas fazendas onde não há tratamento. Na igreja Luterana, as religiosas, que mantem um posto de atendimento e fornecimento de remédios, foram ameaçadas por fazendeiros que queriam ter acesso ao medicamento, sem apresentar os exames que comprovavam malária em seus empregados. A responsável pelo posto, irmã Gerda, lembra que temia o uso dos medicamentos, como preventivos, impedindo que os trabalhadores saíssem das fazendas para os exames de comprovação de malária. - Não queríamos, ajudar a escravizar os pobres – justifica irmã Gerda, que viu gatos cobrando dos fazendeiros os trabalhadores que levaram a região: “Se era mulher, cobravam CR\$100 mil; mas o preço subia para CR\$150 mil se ela fosse um pouco mais elegante”. A malária serve, ainda, para justificar a “escravidão ilícita”, na definição do jornalista, proprietário, programador e locutor da Rádio Ariquemes, Claudine de Almeida: “A central de Medicamentos (Ceme) diz que envia os remédios, mas elas não chegam aos hospitais, e as farmácias cobram CR\$150 mil pelo tratamento completo. Se uma família toda cair doente, terá de trabalhar de graça depois, por meses, para pagar os remédios vendidos pelo patrão”. A dívida com o tratamento médico, somam-se as despesas com alimentação, vendida, por altos preços nos armazéns da fazenda, e, muitas vezes, o transporte pago ao gato⁷.

Já discuti sobre a importância da Igreja Católica e da igreja Luterana em Rondônia na pesquisa sobre o processo migratório para Rolim de Moura (DE PAULA, 2019). A atuação da Igreja é significativa para o mapeamento de diversas questões e aqui não é diferente. O fato de o jornal evidenciar que a igreja recusava fornecer medicamentos aos fazendeiros, de forma que essa ação não justificasse escravizar trabalhadores nas fazendas, é pertinente por pelo menos duas razões. A igreja desempenhou um papel importantíssimo na década de 1980 em Rondônia no combate a diversas doenças, dentre elas, a malária, por meio de tratamentos alternativos. Esse fato, além de evidenciar a percepção e estratégia da igreja sobre o caso também evidencia o critério utilizado pelos fazendeiros em buscar por esse tipo de tratamento ao invés do formal, que demandaria deslocar os trabalhadores das respectivas

⁷ Reportagem Jornal do Brasil, 13/10/1985, Edição 00188

fazendas, ou, ter que fornecer dados dos trabalhadores para acesso a consultas, medicação, o que faria com que a prática de aliciamento e escravidão fosse descoberta.

Além da igreja, duas outras agências são citadas pelo jornal pela denúncia que faziam do trabalho escravo. O albergue da prefeitura da cidade, na pessoa da Secretária de Promoção Social, Ana Maria Avelar, teria revelado, com base em uma família que esteve no albergue, o custo do transporte dos trabalhadores e a necessidade de trabalharem para pagar o valor. A permanência da família no albergue por uma semana teria ocorrido devido o assassinato do pai ao recusar pagar a dívida porque a achou muito alta. A morte ocorrera por um tiro nas costas, após discussão com um capataz, absolvido na justiça. Sobre o caso, um membro de CPT atribui ao medo o motivo de não revelarem os fazendeiros: “A vida aqui não vale nada. A Igreja tem notícia de violências, até mortes em algumas propriedades, mas não nos arriscamos a chegar perto dos jagunços”⁸. Esta manifestação da igreja revela o medo e impotência que marcava a localidade.

Na opinião do jornal, a ação de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, restringia-se a punir as empresas por irregularidades trabalhistas, o que é contraditório, haja visto as informações constantes na reportagem. Tudo indica que, as denúncias não eram devidamente apuradas conforme já ressaltai.

Diante o medo, o trabalho da CPT consistia em denúncias próprias (telex, termos de declarações e relatórios) e na imprensa de circulação local e nacional sobre a existência do trabalho escravo, como na reportagem “CPT quer ação do governo sobre Escravidão Branca”⁹, na qual denunciavam a passividade e conivência das autoridades com a prática do trabalho escravo, advindas principalmente do Nordeste e Sul do país. Araújo cita duas razões pelas quais a atuação do Ministério do Trabalho era ineficiente no estado do Mato Grosso: falta de infraestrutura e de interesse do Governo Federal em reconhecer e intervir:

Não é possível deixar de problematizar, também, a presença do Ministério do Trabalho, no território amazônico, especialmente no estado do Mato Grosso. Denúncias eram encaminhadas, tanto pela Prelazia de São Félix, quanto pelos Sindicatos. De 1968 a 1977, havia um total de 79 processos,

⁸ Reportagem Jornal do Brasil, 13/10/1985, Edição 00188

⁹ Jornal A Tribuna, 17/08/1986.

apenas, na Comarca de Barra do Garças. Entretanto, os casos, nem sempre, chegavam a julgamento, seja por conta da alegação de “falta de provas” ou pelo não comparecimento de partes importantes do processo, como o denunciante ou denunciado, nas audiências. A partir da segunda metade da década de 1980, especialmente, depois do advento da Constituição de 1988, a Justiça do Trabalho tornou-se um importante instrumento, na luta contra o trabalho escravo. Entretanto, durante a vigência do Regime Militar, no Brasil, esta Instituição teve sua atuação, bastante, reduzida; tendo sua atuação relegada, apenas, a algumas capitais. Mesmo com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, - que equiparava os trabalhadores rurais aos urbanos, no que diz respeito ao pagamento de indenizações, aviso prévio, salário, férias entre outros - a Justiça do Trabalho teve dificuldades em acompanhar os processos que ocorriam na área. Talvez, essa falta de atuação efetiva, seja explicada, por conta da falta de estrutura, apresentada pelas cidades de ocupação recente, onde a grande maioria das estruturas do Estado (tais como escolas, delegacias, tribunais e fóruns, e etc.) ainda estão se estabelecendo ou, nem foram implantadas. Mas, não é possível, também deixar de levar, em consideração, a falta de interesse do Governo Federal em reconhecer e intervir, na situação degradante em que os trabalhadores migrantes viviam, nos estados que compõem a Amazônia, que, para o Estado, era uma das áreas mais promissoras para o desenvolvimento do país (ARAÚJO, 2015, p. 110).

Rondônia, na década de 1980, vivia o auge do processo migratório. Combater a prática do trabalho escravo implicaria, aos olhos governamentais, um atraso na projeção daquilo que se pretendia para o Estado. Segundo Araújo, apenas com o governo democrático, que o Ministério do Trabalho passou a ter uma atuação positiva contra a prática do trabalho escravo. Do mesmo modo, Bales (BALES, 2020) ressalta que, desde 1990, houve um crescimento no combate à escravidão. Ao fazer uma projeção para os próximos 30 anos, o autor destaca que, se as atividades de combate a esta prática continuarem, a tendência é de que ela diminua. No entanto, se pensarmos no cenário atual, o quadro não é animador. A reforma trabalhista, tem como proposta desconstruir as leis protetoras fazendo com que o “negociável” se sobreponha ao “legislado” em diversas circunstâncias. As leis abriram a possibilidade para o aumento da jornada de trabalho, facilitaram contratações por meio de empreiteiras. Tem –se ainda a diminuição da atuação de auditores e procuradores do trabalho, o que facilita a ocorrência e a prática do trabalho escravo contemporâneo no país.

Memórias da escravidão em Ariquemes/RO

Paralela à versão construída pela imprensa, outros registros de memória revelam a existência da prática do trabalho análogo à escravidão e como estava marcada pela questão racial. Cavalari, ao discutir sobre os projetos de Colonização enumera que, uma das falhas foi a falta de mão de obra. Para ele:

Uma das falhas para a sustentação dos projetos de assentamento foi a falta de mão-de-obra especializada para a lavoura de cacau, uma vez que inúmeros erros foram cometidos durante a execução do projeto. Para suprir a necessidade de trabalhadores para a lavoura, primeiramente os burareiros utilizaram a mão-de-obra vinda do Estado da Bahia, através de atravessadores que agiam como negociantes de mão-de-obra, num processo semelhante ao que ocorrera na colonização dos Estados Unidos e demais colônias britânicas na América, onde os fazendeiros financiavam a viagem dos trabalhadores e estes, após terem suas despesas pagas pelo fazendeiro, trabalhavam para este para saldar sua dívida, antes de receber proventos pelo seu trabalho. No caso de Ariquemes, foi adotado um procedimento semelhante, através do qual se fazia propaganda no Estado da Bahia, sobre o “Eldorado” que seria trabalhar na lavoura de cacau de Ariquemes e assim, dessa forma, eram arregimentadas inúmeras pessoas as quais eram transportadas em caminhões pau-de-arara coberto com lona, daí a expressão “baianos de lona” (CAVALARI, 2011, p. 198).

O autor entende a prática de aliciamento dos fazendeiros como financiamento. O perfil dos trabalhadores recrutados, baianos, vinha de encontro a atividade que pretendia-se desenvolver, a lavoura de Cacau. Destaco duas das entrevistas realizadas por Cavalari por meio das quais temos a possibilidade de compreender como foi para os trabalhadores vivenciar esse processo.

A primeira delas, consiste em uma entrevista com um professor, jornalista, militar reformado e ex-burareiro em Ariquemes. Vale ressaltar que, a entrevista não traz o questionamento do pesquisador para o início da narrativa. Considerando ser esse um elemento importante na análise, ela está restrita ao conteúdo da narrativa e ao modo como o entrevistado a estruturou:

A história dos baianos no cacau infelizmente foi triste. Existiam pessoas, teve um que já faleceu, que enchiam um, dois caminhões ou três quanto se tinha, de pessoal nas feiras, das beiras de feiras, malandros, vagabundos, prostitutas... esse pessoal todo nas feiras das cidadezinhas no interior da Bahia, dizia que podiam vir para Rondônia que o patrão pagava a viagem de lá para cá, a comida e tudo mais. Ai trazia aquele bocado de gente, porque o pessoal bom estava trabalhando na roça, era bem empregado, um ou outro que foi enganado por

eles embarcaram e estes estão bem aqui, os outros que eram vagabundos vieram para as roças, chegaram aqui eles eram vendidos. Vendiam famílias inteiras. Era costume nosso de burareiro perguntar assim: Comprou quantos baianos? Ah, comprei tantos. Faltava mão-de-obra, só que a gente levava para o lote, mas eles não entendiam nada de cacau. Eles faziam era roubar, beber cachaça e comer o que a gente tinha dentro da roça e a maioria deles saiam devendo porque não trabalhava, você tinha pagado o valor que o transportador tinha cobrado. Você dispensava o cara com a dívida e tudo porque saia mais barato do que deixar o vagabundo dentro da roça. Eles acabavam com tudo que você tinha. Essa é a história dos baianos na lavoura de cacau em Ariquemes, a maioria deles foi vendida pelo transportador ali no Posto Iracema, aqui perto da Rodoviária. Era aí que era vendido o pessoal. Todo mundo que plantou cacau, comprou baiano (fala professor, jornalista, burareiro). Entrevista concedida pelo Sr. Edson Brasil, Professor, Jornalista, Militar reformado e ex-burareiro no Município de Ariquemes¹⁰.

Reconhecer que a história dos trabalhadores recrutados foi triste por si só é significativa. O entrevistado cita insucesso e frustrações. Porém, para explicá-las, busca uma justificativa. Denigre a imagem dos trabalhadores, desqualificando-os moralmente e adjetivando-os, como forma de justificar a forma de trabalho que ficaram submetidos. Na classificação do entrevistado “bons” trabalhadores não se deslocaram. Os recrutados eram tudo, ladrões, alcóolatrás, menos trabalhadores (as).

Porém, o próprio entrevistado reconhece que, “um ou outro foi enganado”, referindo-se aos bons. Quanto aos demais, denominados de vagabundos, ao chegarem teriam sido vendidos. A primeira parte da narrativa, desse modo, se estrutura em uma história triste marcada por enganação, venda de “famílias inteiras” como ato costumeiro dos burareiros. Na segunda parte, apesar de todos esses elementos, o entrevistado passa a culpabilizá-los pelo insucesso do cultivo do cacau, desconheciam o trabalho, bebiam, roubavam e ficavam como devedores.

A expressão “eles acabavam com tudo que você tinha” e a menção as dívidas não pagas, ou, o que ele chama de dispensa dos trabalhadores, são significativas. Assinalam resistências, indícios de fugas como também a necessidade que tinham da mão de obra. Em outra narrativa, de uma senhora que se deslocou para Ariquemes,

¹⁰ Entrevista concedida por Edson Brasil ao autor Edson Cavalari. In: CAVALARI, Edson; RINALDI, Nilma. História concisa de Ariquemes: um fascículo do processo de ocupação e colonização da Amazônia, Ariquemes/RO, 2011, p. 201 e 202.

observa-se elementos que contradizem a narrativa anterior. Do mesmo modo, a narrativa não traz a pergunta inicial do entrevistador:

Nós morava [sic] em Santa Luzia, na Bahia. Meu marido era madeireiro. Puxava madeira para a cidade, Jacarandá (Jacaranda mimosaeifolia). Foi quando apareceu da cidade o pessoal anunciando que tava [sic] pegando gente para trazer para Rondônia. Podiam vim quantos quiser, que o patrão pagava a despesa. Dizia que aqui em Rondônia não tinha gente para trabalhar no cacau. Eles diziam que no final do ano, cada pessoa tinha mil conto [sic]. Muita gente se animou, diziam que quando pegasse o mil conto, não precisaria mais trabalhar na vida. Eles, se os filhos da gente não tinha registro, eles tiravam o registro e arrumavam tudo para a pessoa vim [sic]. Meu marido endoioou. Antes ele queria ir para Belém, mas quando apa receu aquele pessoal lá, em oito dias nós tava pronto para a viagem. Encheram quatro ônibus fretado [sic] para trazer a gente. Gente e as traías de cozinha. Para comer na estrada, ele compraram carne e fizeram um saco de farofa para a gente comer. Na estrada, compraram mais carne seca. O ônibus viajava dia e noite. Um motorista dirigia a noite e ou durante o dia. Gastamos 62 e dois dias de viagem. Até em Cuiabá veio quatro ônibus, depois veio só três. Muita traia ficou pelo caminho, porque não cabia no ônibus. Falavam que na fazenda tinha casa pronta para a gente morar. Pura mentira. Não tinha nada. Quando chegamos tivemos que dormir no chão. No início, os homens foram trabalhar roçando mato, trabalhando na diária. Só depois que foi trabalhar no cacau. Como ninguém sabia trabalhar no cacau, veio a CEPLAC para ensinar a gente. Cada família ficou com vinte alqueires de cacau para cuidar. Trabalhava toda a família, de ameia no cacau. A gente colhia, quebrava o cacau e colocava nas caixa na beira da estrada para o jerico vim pegá [sic]. Só para o jerico vim buscá [sic] o cacau, o gerente cobrava três litros de óleo. Nós fomos muito enganados. Quando tinha carne, o gerente vendia aquele pedaço de osso com um pouco só de carne e marcava na conta, um quilo de carne. Muita gente fugiu da fazenda. Fugia família inteira, não só os solteiros. Eles esperavam o gerente sair, e se mandava para outra fazenda. Para fazer compra, dia de sábado a fazenda levava a gente para Ariquemes num caminhão ou então comprava na cantina da fazenda, na conta. Mercadoria, ferramenta. Pinga era proibido trazer para a fazenda. Podia trazer só uma garrafa para tomar uma dose por dia ou para fazer remédio para a malária. Mas muita gente trazia escondido. Teve uma vez que um trouxe uma caixa de Oncinha, o povo passou uma semana sem trabalhar, só bebendo cachaça. Quando o gerente ficava sabendo, tomava tudo do povo. Quando dava malária, a fazenda enchia um caminhão cheio de gente doente e ia para Ariquemes e deixava lá no hospital para se tratar. Entrevista concedida pela Sra. Elza Rodrigues Correia, migrante que veio para o Município de Ariquemes para trabalhar na Lavoura de cacau¹¹.

¹¹ Entrevista concedida pela Sra. Elza Rodrigues Correia ao autor Edson Cavallari.. In: CAVALARI, Edson; RINALDI, Nilma. História concisa de Ariquemes: um

O marido de Luzia era madeireiro na Bahia, porém, a perspectiva de melhorias os moveram a partir do anúncio de trabalho em Rondônia. Assim, a narrativa de Luzia, já de início contradiz a tese de que os trabalhadores eram desocupados, vagabundos. O número de trabalhadores que podia se deslocar era ilimitado, o pagamento de despesas com transporte e alimentação e, até registros de nascimento eram atrativos. A disposição em buscar melhorias fica clara, se não fosse para Rondônia seria Belém. As condições da viagem são relatadas como um processo sofrido no que se refere ao tempo da viagem, a dieta alimentar restrita a carne seca e farinha e, a necessidade em deixar os pertences. O sofrimento intensifica-se com a chegada. Problemas com moradia, desenvolvimento de trabalhos por dia para manutenção da vida e, desconhecimento no trabalho na lavoura do cacau. A organização do trabalho proposto envolvia todos da família como meeiros, que realizava todo o processo de produção, ficando responsáveis inclusive pelo custo com o escoamento da produção.

Nessa arquitetura, a permanência na propriedade era condição de subsistência, apesar da entrevistada citar casos de fuga frente às más condições impostas, em especial com a dieta alimentar que evidencia escravidão por dívida. Havia estratégia de fuga que consistia em esperar o gerente sair da fazenda, ou, o acompanhamento dos trabalhadores até a cidade para realizar compras também são elementos que configuram falta de liberdade. O controle e a proibição quanto ao uso de bebida alcoólica, pelos trabalhadores, visava manter a produtividade, porém, para os trabalhadores, a bebida era utilizada na preparação de medicamento alternativo à malária. Portanto, a proibição, para os trabalhadores, tinha outros significados, inviabilizava costumes e práticas alternativas no combate à doença, devido a privação ao acesso de outras formas de tratamento. Esconder bebidas, para além de uma iniciativa de resistência, consistia em uma alternativa de tratamento de saúde, como também condição para manter-se trabalhando. A fuga, portanto, expressa a impossibilidade de permanência na fazenda em todos os sentidos, talvez, uma alternativa de manutenção da vida.

fascículo do processo de ocupação e colonização da Amazônia, Ariquemes/RO, 2011, p. 200.

Para Khoury, a narrativa oral precisa ser compreendida “como um gênero específico de discurso, que se constitui mais como um processo do que como um texto acabado, pondo em evidência o movimento da palavra, da memória e da consciência (KHOURY In: PORTELLI, 2010, p. 11). Por essa razão, a estrutura narrativa foi observada, considerando não apenas as informações como também o enredo que busca evidenciar além das dificuldades no processo de deslocamento, uma piora nas condições de vida e de trabalho, levando inclusive a falta de liberdade. Para a autora, compreender como, nas narrativas, os entrevistados organizam os fatos e como estas se traduzem em enredos, implica indagar nesses enredos construídos, “possibilidades alternativas na realidade social que, embora ocultadas ou dominadas, são também presenças em potencial” (KHOURY In: PORTELLI, 2010, p. 14).

Questiono, quais foram as possibilidades e alternativas de Luzia e sua família, já que as fugas aparecem em sua fala na pessoa de outras “Muita gente fugiu da fazenda. Fugia família inteira, não só os solteiros”. Porém, ao menos no trecho da entrevista apresentada na pesquisa de Cavalari, não há evidência se a família de Luzia também empreendeu fuga. E, se não empreendeu quais foram as razões.

Além das narrativas, um registro de memória relevante que, desconstrói a noção de “escravidão branca”, disseminada pela imprensa consiste na imagem a seguir:



Fonte: Edson Brasil. “Migrantes baianos à espera de serem contratados pelos Burareiros em Ariquemes, para trabalharem nas lavouras de Cacau In: CAVALARI, Edson; RINALDI, Nilma 2011, p. 199.

A imagem retrata uma espécie de galpão coberto e aberto nas laterais que alojava diversas pessoas, todas mulheres e crianças, algumas de colo. É notável que apresentam cor preta. Nota-se que, em sua maioria, as mulheres e as crianças, todas juntas, com exceção de algumas, pousaram para a foto. Estavam como se aguardassem por algo ou alguém. Para Kossoy:

Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época (...) A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada (KOSSOY, 2001, p. 36 e 37).

O registro foi produzido pelo professor Edson que cedeu entrevista à Cavalari. Por quê e para quê registrar as pessoas que chegavam da Bahia? Como pontua Kossoy, esse aspecto do real não está desmotivado de interesses, de desejo. O fragmento produzido no passado e sobre o passado objetivava documentar as pessoas que

chegavam. Não sabemos se esta imagem teve visibilidade ou se compôs apenas registros pessoais do professor. De qualquer modo, ao tornar-se pública, permite que reinterpretemos a imagem do passado com os olhos do presente. Nesse processo, dentre outros elementos, interessa questionar, com base no entrecruzamento com a imprensa, que denomina a escravidão ocorrida como escravidão branca o fato de que as pessoas representadas na imagem eram de cor preta:

O registro, portanto, consiste na primeira realidade. Depois, um outro processo, a fotografia enquanto documento. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representa sempre a criação de um testemunho” (KOSSOY, 2001, p. 50).

A imagem, portanto, consiste em um testemunho sobre os trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam para Ariquemes, os quais o jornal *O Guaporé* buscou construir outra imagem, a de que seriam brancos e não negros escravizadas. O termo que dá origem ao título desse capítulo “Todo mundo que plantou cacau comprou baiano” traduz as condições nas quais o projeto de colonização, ao menos no que se refere a plantação de cacau, foi planejada. Sob a exploração da mão de obra escrava, em grande medida advinda da Bahia. Qual a posição da ditadura acerca dessa prática? Esta é uma pergunta que carece ser investigada.

Referências

- Araújo, Joana Maria Lucena de. **A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)** / Joana Maria Lucena de Araújo. – Recife: O autor, 2015.
- BALES, Kevin. O impacto da escravidão nas mudanças climáticas. In: SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. – São Paulo: Contexto, 2020.
- CAVALARI, Edson; RINALDI, Nilma. **História concisa de Ariquemes: um fascículo do processo de ocupação e colonização da Amazônia, Ariquemes/RO**, 2011.
- GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo ao de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. **Revista Brasileira de História**, v32, n. 64, 2012, p. 167-184.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História/Boris Kossoy**. – 2.ed.rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 20021.

KHOURY, Yara Aun In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História oral**; tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PAULA, Catia Franciele Sanfelice de. **Trabalhadores e a transformação das relações capitalistas em Rolim de Moura-RO (1970-2018)**. Catia Franciele Sanfelice de Paula. 1.ed. – Curitiba: Appris, 2019.

Fontes

Jornal O Guaporé 26/09/1984

Jornal do Brasil, 13/10/1985

Jornal A Tribuna, 17/08/1986.

Entrevista concedida pela Sra. Elza Rodrigues Correia ao autor Edson Cavalari. In: CAVALARI, Edson; RINALDI, Nilma. História concisa de Ariquemes: um fascículo do processo de ocupação e colonização da Amazônia, Ariquemes/RO, 2011.

Entrevista concedida por Edson Brasil ao autor Edson Cavalari. In: CAVALARI, Edson; RINALDI, Nilma. História concisa de Ariquemes: um fascículo do processo de ocupação e colonização da Amazônia, Ariquemes/RO, 2011.

Fotografia Fonte: Edson Brasil. “Migrantes baianos à espera de serem contratados pelos Burareiros em Ariquemes, para trabalharem nas lavouras de Cacau

Este livro tem como objetivo socializar pesquisas já concluídas em torno do tema Trabalho, Lutas Sociais e a interseccionalidade na pesquisa histórica: classe, gênero e raça. Para isso, reuniu produções de autores de diversas instituições de ensino, uma valiosa contribuição para os estudos sobre o tema. Diante um contexto marcado pelo negacionismo histórico, a obra representa um ato de resistência frente ao desafio em promover reflexões desta natureza, inclusive em espaços públicos institucionais, e frente ao aumento significativo da violência de gênero, classe e raça intensificada com a Pandemia COVID 19.



ISBN 978-65-5869-355-0



9 786558 693550 >